



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

**AGENDA 2030 EM UMA PERSPECTIVA LOCAL: INTERSECCIONALIDADES E
PRÁTICAS AFROAFETIVAS NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL.**

GISELE DA CONCEIÇÃO CASTRO DE OLIVEIRA

Sob a orientação da Profa. Dra.

Rosangela Malachias

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós - Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Linha 3: Educação Étnico-Racial e de Gênero: Linguagens e Estudos Afro-diaspóricos.

Seropédica / Nova Iguaçu, RJ
Fevereiro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48a

Oliveira, Gisele da Conceição Castro de , 1984-
Agenda 2030 em uma perspectiva local:
interseccionalidades e práticas afroafetivas na
educação não formal / Gisele da Conceição Castro de
Oliveira. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2024.
94 f.: il.

Orientadora: Rosangela Malachias.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2024.

1. Agenda 2030 da ONU. 2. Baixada Fluminense. 3.
Educação não formal. 4. Afroafeto. 5. Lideranças
Negras. I. Malachias, Rosangela, 1962-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

TERMO No 175 / 2024 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20) C
No do Protocolo: 23083.014892/2024-34

Seropédica-RJ, 19 de março de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E
DEMANDAS POPULARES

GISELE DA CONCEIÇÃO CASTRO DE OLIVEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 22/02/2024

Membros da banca:

ROSANGELA MALACHIAS. Dra. UFRRJ (Orientadora/Presidente da Banca).

PATRÍCIA ELAINE PEREIRA DOS SANTOS. Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

JONÊ CARLA BAIÃO. Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 26/04/2024 22:37) PATRICIA
ELAINE PEREIRA DOS SANTOS ASSINANTE EXTERNO
CPF: 085.121.957-89

(Assinado digitalmente em 19/03/2024 15:57) JONE
CARLA BAIÃO ASSINANTE EXTERNO CPF: 972.474.057-91

(Assinado digitalmente em 19/03/2024 16:50)
ROSANGELA MALACHIAS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 039.198.618-09

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **175**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **19/03/2024** e o código de verificação: **758af705ed**
https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=1549265

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ao Programa de Pós - Graduação em Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, e seus desdobramentos através da Linha 3: Educação Étnico-Racial e de Gênero: Linguagens e estudos afro-diaspóricos. E ao programa de bolsa CAPES meus sinceros agradecimentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos familiares e amigos que se fizeram base forte, não somente durante essa etapa da minha vida, mas que foram primordiais para me ajudar a construir a mulher que sou hoje. A todos os meus ancestrais que caminharam comigo e que me mostraram como chegar até aqui.

Nesta oportunidade agradeço fortemente a minha mãe e pai - Fatima Aparecida e Gilson de Castro - por toda a educação que recebi e os exemplos positivos que me possibilitaram construir meu capital afetivo. A minha irmã e irmão - Gilcele Castro e Genilson Castro - com quem tive minhas primeiras experiências de coletividade.

Agradeço profundamente a todas as mulheres, sobretudo as mulheres negras, que fazem a minha vida mais feliz, especialmente as componentes do grupo “Rainhas da Audiência” e ainda as lideranças pesquisadas nesta escrita - Débora Silva e Fabbi Silva e a liderança local Giselle Maria. À todas as acadêmicas negras, que ampliaram o meu entendimento sobre as pautas étnico-raciais, em especial à Prof^a. Dra. Rosangela Malachias e os estímulos que contribuíram para o meu crescimento como pesquisadora. Agradeço por seus conhecimentos partilhados e os incentivos para criar conexões com os ambientes de práticas de pesquisa (Grupo de pesquisa Afrodiásporas, participação em congressos e eventos acadêmicos, convite para compor a equipe do “Mulher Mais Segura”) e principalmente por possibilitar o contato com as pesquisadoras Vanessa Ladeira, Simone Oliveira, Carolina Ponciano e com o pesquisador Leonardo Beliene. Que se transformaram em verdadeiros amigos ao longo de todo o processo deste mestrado.

Agradeço ainda ao professor e historiador Antônio Lacerda, que é um apaixonado pela Baixada Fluminense e que foi a primeira pessoa a me incentivar a pesquisar sobre esses territórios. Ao grande amigo Vitor Mihessen, atual presidente da Casa Fluminense, por me orientar a escrever sobre as minhas pautas sociais. Aos meus companheiros de caminhada no Instituto Golfinhos da Baixada - Taísa Gonçalves e Eloi Farias - agradeço a oportunidade de juntos e juntas fazermos a diferença na vida de tantas crianças e jovens de Queimados. Por último, agradeço ao meu companheiro de vida e de luta - André Pequeno - por ser a definição de amor mais completa que eu já pude conhecer. Sem ele, teria sido infinitamente mais difícil chegar aqui, agradeço ainda por me ajudar a construir uma Queimados melhor para as crianças e jovens negros.

RESUMO

CASTRO, Gisele da Conceição. **Agenda 2030 em uma Perspectiva Local: interseccionalidades e práticas afroafetivas na educação não formal**. 2024. p. 94. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

Este estudo se ocupa em analisar três lideranças negras femininas que estão à frente de organizações da sociedade civil e atuam na Baixada Fluminense e que têm dentro de suas práticas educativas (educação não formal), dialogado e auxiliado no cumprimento da redução das desigualdades estando essas práticas em consonância com alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). O estudo busca ainda analisar a educação não formal e o conceito de interseccionalidade (COLLINS, 2021) presente nesta abordagem. E ainda o tema afeto, a partir das ações dessas mulheres, dentro de uma perspectiva afrocentrada, sendo traduzido então como “Afroafeto”. Este tema/conceito será orientado a partir do trabalho dessas lideranças. Para além da significação desta palavra, esta pesquisa busca apresentar o Afroafeto como tecnologia social utilizada no combate às desigualdades presentes neste território.

Palavras - chave: Agenda 2030 da ONU; Baixada Fluminense; educação não formal; afroafeto; lideranças negras.

ABSTRACT

CASTRO, Gisele da Conceição. **2030 Agenda from a Local Perspective: intersectionalities and Afroaffective practices in non-formal education.** 2024. p. 94. Dissertation (Master's Degree in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

This study is concerned with analyzing three black female leaders who are at the head of civil society and labor organizations in the Baixada Fluminense and who have, within their educational practices (non-formal education), dialogued and assisted in the fulfillment of the reduction of inequalities these practices in line with some of the Sustainable Development Goals (SDGs) 2030 Agenda of the United Nations (UN). The study also seeks non-formal education and the concept of intersectionality present in this approach. The theme of affection was selected, based on the actions of these women, within an Afro-centered perspective, being then translated as “Afroaffection”. This theme/concept will be guided by the work of these leaders. In addition to the meaning of this word, this research seeks to present Afroaffection as a social technology used to combat the inequalities present in this territory.

Keywords: UN 2030 Agenda; Baixada Fluminense; non-formal education; afroaffect; black leadership.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS E FIGURAS		
Tabela 1	Resumo dos dados apresentados sobre Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias - Mapa Da Desigualdade 2020 e 2023.	75
Figura 1	Mapa América Latina	16
Figura 2	Mapa do Estado do Rio de Janeiro	17
Figura 3	Aulas de apoio escolar (Golfinhos Educação)	28
Figura 4	Encontro de responsáveis (Golfinhos Educação)	28
Figura 5	Modelo utilizado para a construção do Mapa da Empatia.	33
Figura 6	Mapa da Empatia de Gisele Castro	45
Figura 7	Mapa da Empatia de Débora Silva	46
Figura 8	Mapa da Empatia de Fabbi Silva	46
Figura 9	Visita da rainha da República Democrática do Congo, Diambi Kabatusuila, em 2019.	50
Figura 10	Visita da rainha da República Democrática do Congo, Diambi Kabatusuila, em 2019.	50
Figura 11	Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU	65
Figura 12	Projeto Sou Empreendedora, Sou Mulher. Aula de educação digital (Sede da Sim Eu Sou do Meio)	69
Figura 13	Agenda Queimados 2030	80
Figura 14	Participação de Gisele Castro no evento Fórum Rio 2023 (Queimados)	80
Figura 15	Início da ONG Apadrinhe um Sorriso	80
Figura 16	Agenda Caxias 2030	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1.....	14
MULHERES NEGRAS ATUANTES NA BAIXADA FLUMINENSE: A BUSCA POR TERRITÓRIOS MAIS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS.....	14
1.1 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: CONHECENDO EXPERIÊNCIAS LOCAIS DE LIDERANÇAS NEGRAS, SUAS INICIATIVAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS.....	15
1.2 APRESENTAÇÃO INICIAL DAS LIDERANÇAS, SUAS INICIATIVAS E CAMINHOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS.....	26
CAPÍTULO 2.....	35
LIDERANÇAS NEGRAS E SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS AFETIVAS: COMO ESSAS REALIDADES SE CONECTAM?.....	35
2.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS INICIAIS DA PESQUISA DE CAMPO: IDENTIFICANDO AFROAFETIVIDADES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS LOCAIS.....	37
2.2 RESULTADOS DO MAPA DA EMPATIA: UM RODA DE CONVERSA MARCADA POR AFROAFETIVIDADES.....	41
2.3 MAS O QUE É O AFROAFETO?.....	47
CAPÍTULO 3.....	64
AGENDA 2030 DA ONU SOBRE UMA PERSPECTIVA LOCAL: CONTRIBUIÇÕES DE LIDERANÇAS NEGRAS FEMININAS.....	64
3.1 OUTROS CAMINHOS METODOLÓGICOS: UMA GERAÇÃO CIDADÃ DE DADOS.....	70
3.2 ATUAÇÃO EM REDES: REALIDADES LOCAIS EM DIÁLOGO COM PAUTAS GLOBAIS.....	76
3.3 RELATO DE EXPERIÊNCIA DA CRIAÇÃO DAS AGENDAS LOCAIS DE QUEIMADOS, BELFORD ROXO E DUQUE DE CAXIAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS COMUNIDADES.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87

INTRODUÇÃO

O interesse pela educação não formal nasce da experiência como coordenadora sociocultural no Instituto Golfinhos da Baixada, desde 2017, onde venho desempenhando um papel de liderança neste território por meio das pautas sociais que abraçam os temas: equidade de gênero; combate ao racismo; educação; superação da violência; entre outros. Essas ações, adicionadas às atuações em redes locais e regionais contribuíram significativamente para a estruturação do objeto desta pesquisa.

O Instituto Golfinhos da Baixada é uma organização sem fins lucrativos localizada em Queimados, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, criada em 2011. Nos primeiros anos de atuação, a organização se ocupou em realizar atividades esportivas ligadas à natação. Com o passar dos anos, a instituição foi incorporando conteúdos de Cultura e Arte em suas atividades, práticas ligadas à educação e temas transversais que englobam: meio ambiente, diversidade e cidadania. À medida que a instituição crescia surgiam demandas conectadas às políticas públicas do território. Convites para compor conselhos municipais, participar de fóruns e atuar em pesquisas passaram a ser recorrentes. Assim como a atuação em rede estabelecendo contato com outras ONGs, grupos e coletivos da Baixada Fluminense.

Com a chegada do Covid-19 ao Brasil, a instituição abriu uma frente humanitária, que atendeu a mais de 1050 famílias com distribuição de cestas básicas, kits de higiene pessoal, álcool em gel e máscaras, durante os anos de 2020 e 2021. Essas ações foram fundamentais para o desenvolvimento do Projeto Dezconstruir (minicurso de reparos domésticos para mulheres negras, mães solo e população LGBTQIA+), a Agenda Queimados 2030 (desenvolvimento no capítulo 3) e Projeto Golfinhos Educação (reforço escolar e natação para crianças e jovens).

Muitos direitos são violados cotidianamente quando nos referimos a pessoas pretas. No entanto, à grande massa é negado até mesmo o direito de entender todas essas violações e de se verem como vítimas sistêmicas. Ser mulher, preta e periférica no Brasil, sempre foi motivo para sentir a morte precoce rondando a todo tempo. Refiro-me não somente à morte dos nossos corpos pretos, mas também à morte de nossos sonhos e perspectivas de futuro. É contra isso que vem lutando algumas lideranças femininas da Baixada Fluminense, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, que no texto será grafada pela sigla popular - Bxd.

Mediante ao cenário exposto, ressaltamos que esta pesquisa se ocupou em analisar três lideranças femininas negras partindo da própria pesquisadora. Todas atuam na Baixada

Fluminense e suas práticas educativas são desenvolvidas em Organizações da Sociedade Civil (OSC) localizadas em três territórios. São elas: Gisele Castro, em Queimados, Instituto Golfinhos da Baixada; Débora Silva, em Belford Roxo, ONG Sim Eu Sou do Meio! e Fabbi Silva, em Duque de Caxias, ONG Apadrinhe um Sorriso.

Sendo assim, buscamos entender como essas lideranças têm, dentro de suas práticas afetivas - que denominamos e analisamos como “Práticas Afroafetivas” - dialogado e auxiliado no cumprimento da redução das desigualdades de territórios periféricos.

Essas práticas estão em concordância e alinhamento com alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Para tanto, tentamos responder a seguinte pergunta: como as práticas educativas e afetivas, no âmbito da educação não formal, desenvolvidas por lideranças negras femininas em contexto de favelas e periferias da Baixada Fluminense, contribuem para o desenvolvimento de territórios mais saudáveis e sustentáveis, como prevê as metas da Agenda 2030 da ONU?

Como premissa inicial para responder a essa questão, entendemos que a educação não formal exerce um importante papel social, principalmente em espaços vulnerabilizados social e economicamente. Observando as problemáticas que envolvem a educação formal no Brasil, consideramos que ações educativas e afrocentradas de OSCs podem ajudar a construir territórios mais saudáveis e sustentáveis partindo da ideia de que as experiências específicas locais, dessas mulheres e organizações, conectam-se a uma agenda global.

Para fortalecer as reflexões que fizemos ao longo de toda a pesquisa foi necessário um aprofundamento em trabalhos de autoras e autores, em sua maioria negras e negros, que desenvolveram estudos, que coadunam com o recorte escolhido. No que se refere à educação e sobre a temática étnico-racial, o contato com bell hooks (2013) foi imprescindível. Intelectuais como Leda Maria Martins (2001;2022), Elizabeth Hordge-Freeman (2020) e Francy Silva (2021) e suas reflexões sobre o tema educação e relações étnico-raciais trouxeram um olhar minucioso para a importância da afetividade na formação de um ser, por isso afirmamos que tais direcionamentos contribuíram de maneira estruturante para a conceitualização do tema “Afroafeto” e seu papel enquanto tecnologia social e ancestral.

O conceito de interseccionalidade, apresentado por Patricia Hill Collins (2019) e por Carla Akotirene (2019) - principalmente a partir da inclusão do “território” acrescido aos eixos de gênero, classe social e raça - foi primordial para pensarmos uma abordagem, que dê conta das complexidades que englobam periferias e favelas brasileiras. Ainda neste recorte, couberam a contribuição de Maria da Glória Gohn (1997; 2020) que nos possibilitou expandir e suscitar

novas ideias por meio do protagonismo feminino em movimentos sociais no Brasil (década de 1960) e sobre as definições e conceitualização a respeito da educação não formal. Outro elemento de suma importância foi o papel da sociedade civil organizada na produção de dados quantitativos sobre a Baixada Fluminense e os caminhos metodológicos utilizados por essas lideranças.

No que se refere às etapas da pesquisa, como ponto de partida reservamos o **Capítulo 1: Mulheres Negras Atuantes Na Baixada Fluminense: a busca por territórios mais saudáveis e sustentáveis**, para fazer uma apresentação dos conceitos de território, pedagogia social, tecnologia social, e educação não formal e uma problematização através deles. Para isso, nos ancoramos em autoras e autores, tais como: Geraldo Caliman (2010), Marcos Aurélio Saquet (2006), José Carlos Barbieri e Ivete Rodrigues (2008), Molefi Kete Asante (2006), Nilma Lima Gomes (2003), Frantz Fanon (2008), Petronilha Gonçalves e Silva (1995), além das(os) já referenciadas nesta etapa. Essas autoras e autores possuem análises contemporâneas sobre esses assuntos e estabelecem conexões com os cenários em destaque. Neste capítulo inicial apresentamos um breve histórico das instituições pesquisadas, e ainda cuidamos de exibir, com uma riqueza maior de detalhes, as ferramentas metodológicas utilizadas e os processos de construção da pesquisa de campo. Tudo isso foi importante para preparar e orientar a leitura para os capítulos seguintes.

A respeito do **Capítulo 2: Lideranças Negras e suas Práticas Educativas Afetivas: como essas realidades se conectam?**, apresentamos os resultados das atividades da pesquisa de campo, que nos possibilitou conhecer as estruturas das organizações, público alvo, realidade de cada território, como surgiram as iniciativas, entre outras questões. Mais adiante apresentamos os resultados do Mapa da Empatia, onde olhamos para as respostas e construímos conexão com a pesquisa, partindo das experiências locais para uma escala global.

Por outro lado, o **Capítulo 3: Agenda 2030 da ONU Sobre uma Perspectiva Local: contribuições de lideranças femininas**, concentrou-se em apresentar dados sobre os territórios de Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias a partir do Mapa da Desigualdade 2020 e 2023 e dos resultados encontrados, graças ao que a ONG Casa Fluminense classifica como “Geração Cidadã de Dados”. O Mapa da Desigualdade 2020 foi peça fundamental para a construção e criação das Agendas Locais de Queimados e Duque de Caxias e tem inspirado e auxiliado no desenvolvimento da Agenda Belford Roxo 2030. Neste capítulo, também

compartilhamos relatos de experiência da construção das Agenda Locais e as interseccionalidades existentes a partir dos eixos gênero, classe social, raça e território.

No mais, finalizamos esta etapa em consonância com Hodge-Freeman (2020, p.302) quando observa o quão é importância optarmos por “metodologias descolonizadoras” dentro de uma abordagem feminista e ativista com posicionalidades claramente demarcadas.

CAPÍTULO 1

MULHERES NEGRAS ATUANTES NA BAIXADA FLUMINENSE: A BUSCA POR TERRITÓRIOS MAIS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS.

Por meio do pensamento crítico de Glória Gohn (1997 e 2020) olharemos para a educação não formal e sua utilização a partir de lideranças atuantes na Baixada Fluminense (Bxd)¹ em três localidades distintas (Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias). Neste sentido, entendemos que Gohn poderá nos auxiliar na construção de uma ideia mais sólida sobre esse tema, além de nos oferecer caminhos para diferenciá-lo de outras modalidades educativas (a educação formal e a educação informal). Além disso, discorreremos brevemente sobre temas/conceitos que serão utilizados em alguns momentos da pesquisa.

É importante frisar, que esta escrita adotará uma pluralidade metodológica (que discorreremos mais adiante), a impessoalidade e a pessoalidade se intercambiam, ou seja, 1ª e 3ª pessoa da ordem gramatical se justificam pela importância das experiências compartilhadas pela autora desta dissertação e leituras realizadas. Acreditamos que esta opção propicia uma melhor acomodação para este formato de linguagem e de suas complexidades.

Algumas questões permeiam nossa reflexão. Quantos desafios a educação formal brasileira enfrenta, sobretudo a pública e a que acontece em espaços onde há índices de desigualdades sociais severos? Que soluções seriam possíveis para preencher tantas lacunas educacionais? Poderia a sociedade civil organizada ajudar a fortalecer essas estruturas e a estabelecer condições favoráveis ao aprendizado?

bell hooks (2013) diz que “precisamos ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos”, complementando ainda que “isso, é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo”. (hooks, 2013, p. 25).

Leda Maria Martins (2021) ao observar elementos históricos da construção do Estado Brasileiro, expõe um ponto importante de conexão entre a identidade ou as identidades afro-brasileiras, diz a autora “As culturas negras que matizaram os territórios americanos, em sua formulação e *modus* constitutivos, evidenciam o cruzamento das tradições e memórias orais africanas com todos os outros códigos e sistemas simbólicos, escritos e/ou orais”. Mas à diante a escrita prossegue dizendo “E é pela via das encruzilhadas que também se tece a identidade afro-brasileira, num processo vital móvel, identidade que pode ser pensada como

¹ Formalmente a sigla mais utilizada para designar a Baixada Fluminense é a “BF”, no entanto para este estudo optamos por utilizar o termo “Bxd”, que é bastante comum entre coletivos culturais e lideranças da sociedade civil que atuam nesta região.

um tecido e como uma textura”. Por fim, Martins afirma: “A cultura negra é uma cultura das encruzilhadas” (Martins, 2021, p.32).

Neste sentido, nos questionamos: em que medida as práticas educativas desenvolvidas em lugares vulnerabilizados da Bxd podem ajudar pessoas negras a fortalecerem suas identidades, ou até mesmo se reconhecerem parte dessa identidade?

Pensando nas encruzilhadas² também como lugar de encontros e fortalecimento da coletividade, utilizaremos esta escrita para reforçar a importância das lideranças negras femininas, atuantes na Bxd a partir de suas localidades, e que fazem uso da educação não formal em suas ações.

1.1 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: CONHECENDO EXPERIÊNCIAS LOCAIS DE LIDERANÇAS NEGRAS, SUAS INICIATIVAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS.

Cabe salientar que esta pesquisa nasce no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), campus Nova Iguaçu e Seropédica; insere-se no AFRODIÁSPORAS - Núcleo de Pesquisa sobre Mulheres Negras, Cultura Visual Política e Educomunicação em Periferias Urbanas³, sediado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), unidade Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), Duque de Caxias. Tal contextualização se faz necessária pelas escolhas conceituais, teórico-metodológicas, que adiante apresentamos, pois, como uma educadora social que passa a aprender e produzir conteúdos acadêmicos, vivencio, como práxis, também a transição contínua e simultânea de atividades educativas formais e não formais.

Neste primeiro momento faremos um panorama sobre a educação não formal a partir das definições de Glória Gohn (1997; 2020), que em análise sobre as transformações políticas, sociais e econômicas nos continentes europeu e americano, tendo como gancho a globalização, traça um panorama geral dos movimentos sociais, ações da sociedade civil e redes solidárias. Em contexto brasileiro a autora aponta a década de 1990 e destaca a importância das Organizações da Sociedade Civil nesse período. Dentro de suas análises Gohn menciona dois pontos importantes à época: a criação do Mapa da Fome e o Mapa da

² “A noção das encruzilhadas é um ponto nodal que encontra no sistema filosófico-religioso de origem Iorubá uma complexa formulação. Lugar de interseções” (Martins, 2021, p. 32). Segundo o dicionário on-line Michaelis (2023) o termo encruzilhada pode ser definido como “lugar onde ruas, caminhos e estradas se cruzam” e ainda como “momento ou situação em que se apresentam várias possibilidades para se chegar a uma decisão”.

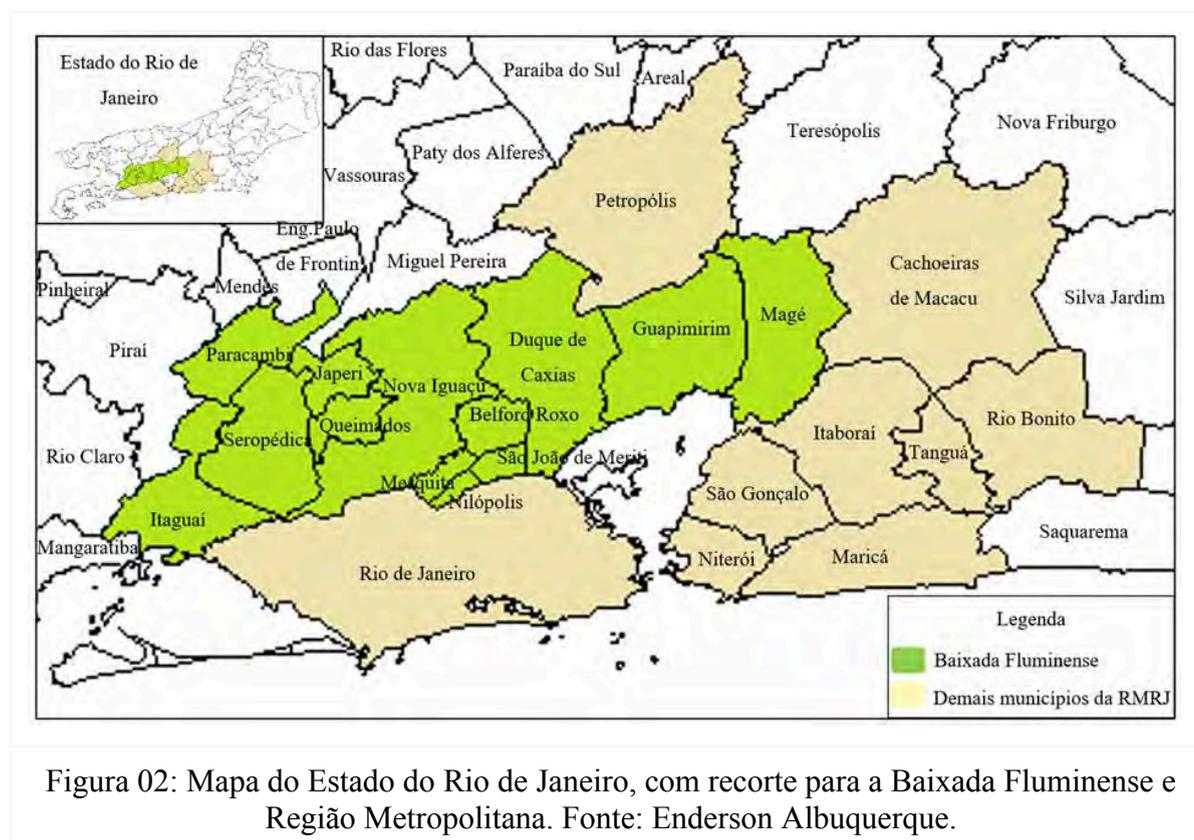
³ O AFRODIÁSPORAS integra o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq coordenado pela docente Rosângela Malachias e incorpora pesquisas do PPGEDUC-UFRRJ e do WLE - Women Leading Education Group of Scholars, formado por docentes, ativistas dos seis continentes interessadas no estudo do conceito de liderança educacional.

Miséria no Mundo (Gohn, 1997, p. 297), ferramentas desenvolvidas pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, que em português se traduz como Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), agência reguladora da ONU fundada em 1945. Posteriormente, a FAO teve seus estudos e análises auxiliando na formulação do segundo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU⁴ cujo tema é “Fome Zero e Agricultura Sustentável” (ONU, 2015). Sobre esses temas a autora nos orienta que a miséria passa a ser “objeto de diagnósticos das políticas públicas, na medida em que apontam os problemas fundamentais para a continuidade do sistema socioeconômico mundial” (Gohn, 1997, p. 298).



Figura 01: Mapa América Latina. Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/paises-da-america-do-sul.htm>

⁴ O núcleo AFRODIÁSPORAS também pesquisa a Agenda 2030 da ONU, com ênfase nos ODS 2 (Erradicação da Fome); 4 (Educação de Qualidade) e 5 (Igualdade de Gênero), com apoio da FAPERJ.



Acrescido ao problema da fome e da miséria no mundo outras pautas sociais são incorporadas às demandas emergenciais na contemporaneidade, como no caso da educação que a partir do que indica a Agenda 2030 da ONU assume o status de problema global fundamentado no ODS 4, Educação de Qualidade, que tem como meta principal “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015).

No contexto Brasileiro são inúmeros os desafios que a educação pública formal enfrenta, seja a falta de investimentos, evasão escolar ou até mesmo um currículo que não dá conta das diversidades culturais, de gênero, raça e classe social, entre outros. Por essa razão a educação não formal, difundida principalmente por lideranças da sociedade civil, pode ser entendida como uma excelente ferramenta de superação das desigualdades sociais.

Para salientarmos ainda mais a relevância deste tema, retornamos novamente ao referencial teórico Gohn (2020) para conhecermos as diferenças entre a educação formal, a educação informal e a educação não formal. Tal estratégia será fundamental para entendermos, de maneira objetiva, o que estamos propondo, a partir de experiências locais da Bxd, pontos essenciais nesta escrita.

Para Gohn (2020) a educação formal acontece nas escolas, instituições reguladas por leis e amparadas em diretrizes nacionais. Seu objetivo se localiza em formar indivíduos para o convívio ativo em sociedade, desenvolvendo suas habilidades e múltiplas competências. A autora diz ainda que:

A educação formal requer tempo, local específico, pessoal especializado. Organização de vários tipos (inclusive a curricular), sistematização sequencial das atividades, disciplinamento, regulamentos e leis, órgãos superiores etc. Ela tem caráter metódico e, usualmente, divide-se por idade/ classe de conhecimento. (Gohn, 2020, p.2).

Já sobre a educação informal, a autora define como aquela que “não é organizada, não é sistematizada”(Gohn, 2022, p.2), ou seja, não há neste formato de educação uma metodologia. Mas ela possui profunda importância na formação de um indivíduo, pois confere socialização e também possui caráter permanente, ou seja, somos acompanhados pela educação informal durante toda a nossa existência, pois ela acontece nos ambientes familiares, nos espaços de fé, no convívio com os amigos, nos espaços sociais de forma geral.

Por outro lado, Gohn caracteriza a educação não formal, nosso maior ponto de interesse, traçando uma diferença crucial entre ela e a informal que é a “intencionalidade”, vejamos com maior amplitude as definições da autora para este segmento:

Na educação não-formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação) [...] usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Há na educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. Por isso, a educação não-formal situa-se no campo da Pedagogia Social, aquela que trabalha com coletivos e se preocupa com os processos de construção de aprendizagens e saberes coletivos. (Gohn, 2020, p. 2).

Um outro ponto importante nas definições e diferenciações dos temas acima tratados diz respeito aos agentes educadores. Segundo a autora, para a educação formal os educadores são os(as) professores(as) definidos de acordo com as legislações que versam sobre a educação, já na informal podemos entender como agentes educadores os pais e mães,

familiares, vizinhos, amigos, líderes religiosos, comunicadores, entre outros. E no que refere à educação não formal o agente educador é o outro (Gohn, 2020, p. 2).

E como uma agente educadora e “a outra” reflito minhas práticas educativas (dentro da educação não formal), pensando em construir uma escrita carregada dos ensinamentos adquiridos pela educação da vida; obtida no convívio em sociedade, nos espaços de fé, na família e também nos espaços formais e não formais de educação, onde aos poucos fui formando minha identidade de mulher negra e sujeita imbuída da responsabilidade frente aos cenários de violência, que assolam o meu lugar (Queimados, Bxd, RJ), onde possuo profundo sentimento de pertencimento e identificação.

As múltiplas violências que ocorrem em Queimados podem ser identificadas na falta ou precariedade de saneamento básico, ausência de um plano de mobilidade urbana, enchentes, baixa oferta de empregos formais, entre outras (Mapa Da Desigualdade, 2020). Retomando as reflexões a respeito das encruzilhadas (Martins, 2021), busco saber, olhando para outras líderes negras da Bxd, quais diálogos são possíveis ao confrontarmos essas realidades ou como atuam outras lideranças dentro da educação não formal, e ainda em quais encruzilhadas os nossos caminhos se encontram.

Em resumo podemos elencar alguns elementos importantes para a definição da educação não formal descrita por Gohn, seriam eles: 1- a coletividade; 2- a intencionalidade de aprender ou compartilhar saberes; 3 - espaços interativos que acompanham a trajetória de vida dos indivíduos, 4 - “o outro/a outra” como educador/educadora podendo ser este qualquer pessoa, que se disponha a compartilhar as suas experiências de vida e saberes de acordo com as diretrizes do grupo em que está inserido(a) e 5 - Gohn situa a educação não formal no campo da pedagogia social.

Para Geraldo Caliman a pedagogia social é entendida como uma ciência que dentre suas competências está a de produzir “tecnologia educacional” ;“ciência orientada para indivíduos e grupos; numa relação de cuidado e ajuda; como promotora nas pessoas da capacidade de administrar seus riscos e emancipar sujeitos historicamente oprimidos; através de programas e instituições socioeducativas”. (Caliman, 2010, p. 353).

Ao dialogarmos com as definições de Caliman sobre a pedagogia social encontramos elementos importantes principalmente quando situamos nosso ponto de investigação na educação não formal em lugares afetados por vulnerabilidades sociais graves. Mediante a

isso reafirmamos a importância de iniciativas que se ocupam em desenvolver projetos que visam a educação não formal. E dentro desta proposta nos questionamos ainda se não seria a pedagogia social também capaz de produzir *tecnologia social*.

Assim como a pedagogia social, as tecnologias sociais podem ser compreendidas como ferramentas importantes para solucionar problemas da sociedade. Neste sentido, vejamos então uma tradução deste termo: a tecnologia social “é o que compreende produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (Barbieri, Rodrigues, 2008, p. 1070). A conceitualização descrita pelos autores se configura como importante porque ao longo desta escrita nos prenderemos ao objetivo de traduzir as práticas educativas utilizadas pelas lideranças como tecnologias sociais importantes para as realidades cotidianas de seus territórios, sobretudo as práticas *Afroafetivas*.

Adicionados a isso cabe também uma breve discussão sobre o conceito de território e sua ampliação na contemporaneidade. Segundo Neto as ciências geográficas (especialmente, mas não a única) acumulou ao longo dos tempos amplas reflexões a respeito do conceito de território que caminham na direção de compreender as dimensões espaciais da sociedade baseadas na relação de espaço e poder e a partir de limites fronteiriços (Neto, 2013, p. 23).

Por outro lado, na contemporaneidade, estudiosos se ocuparam em ampliar o conceito de território para além de fronteiras espaciais. Neste sentido, nos apoiamos em Saquet, que nos oferece uma importante reflexão sobre este assunto. O autor observa que o território também pode ser compreendido como espaço de moradia, de trabalho, de produção e também de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, espaços onde a vida acontece (objetiva e subjetivamente). “O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente”. (Saquet, 2006, p. 83).

O fato de me reconhecer como liderança educacional no território de Queimados, lugar que inspirou esta pesquisa e onde surgiram nossas primeiras inquietações, se configura como uma atitude frente às muitas questões sociais importantes, que este lugar traz e onde, como liderança em educação, incansavelmente venho trabalhando para criar uma cultura de participação ativa da população nas decisões políticas e sociais, que visem o fortalecimento de outras mulheres negras queimadenses.

É importante dizer que esta não é uma visão romântica, nem presunçosa de mim mesma, mas sim uma reflexão pessoal, construída a partir das minhas experiências de vida neste lugar e a partir das articulações políticas entre redes locais e regionais, que caminham na direção da redução dos ciclos de pobreza, ações efetivas de combate à violência contra às mulheres, combate ao racismo (nas suas mais diversas formulações/reformulações) e educação de qualidade para crianças e jovens negros.

Embora Queimados lamentavelmente apresente diversas questões graves, aqui também é o município onde eu moro, onde sempre que possível busco sonhar coletivamente, e onde construí, ao longo desses anos, relações afetivas e *Afroafetivas*. E foi neste território que recebi uma base forte para firmar minha identidade não somente como mulher negra mas também como liderança na Bxd. Também construí neste território laços simbólicos e imateriais, pois Queimados não é somente um espaço geográfico, Queimados também é todas as pessoas que lá vivem.

As análises de Gohn e as reflexões feitas até aqui nos ajudam a localizar os cenários possíveis, onde podem acontecer a educação não formal no Brasil. Outros trabalhos recentes, produzidos por mulheres negras e sobre elas, centralizam a Bxd e sua produção audiovisual e educação inclusiva (Malachias, Laudino e Balbino, 2020). Silva (2021) identifica terreiros de prática religiosa afro-brasileira como espaços socioeducativos. A religiosidade afro-brasileira também aparece co-ligada à liderança educacional feminina (Aniszewski e Malachias, 2020). Com a nossa pesquisa e escuta de lideranças negras de Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias objetivamos ampliar ainda mais as referências *das* e *sobre* mulheres negras ativistas, educadoras e moradoras da Bxd conscientes da necessidade de uma vida digna para todas as pessoas.

Um ponto importante que essas intelectuais nos trazem é o fato de que no Brasil o tema “liderança” não é tratado nos cursos de pedagogia, sendo mais comum sua utilização em ambientes corporativos, administrativos, também na saúde pública, na religião com recorte em igrejas cristãs neopentecostais⁵. Outro ponto importante desta análise se configura no fato de que muitas mulheres negras líderes da Bxd estarem inseridas em um processo de

⁵ “O Neopentecostalismo ou Terceira Onda do Pentecostalismo é uma vertente do evangelicalismo, conglomerando igrejas do movimento de Renovação Cristã, fazem parte ou se aproximam do Protestantismo Apostólico, que aceitam apóstolos, bispos e pastores ou missionários presidentes que norteiam o rumo de suas igrejas no País e pelo mundo. Essas igrejas realizam a prática do evangelismo midiático massivo, a maior parte delas utilizam, ou até mesmo possuem, canais de TV, rádios, jornais, editoras ou literaturas próprias e portais ou sites”. Disponível em: <https://www.infoescola.com/religiao/neopentecostalismo/>

invisibilização, o que pode comprometer a autoconsciência delas em se reconhecerem como lideranças e protagonistas na educação não formal.

Ilka Valéria uma liderança religiosa de matriz africana e simultaneamente gestora de uma escola pública, referenciada por Aniszewski e Malachias (2020, p. 121) expõe poeticamente sua visão sobre o que é ser uma liderança. Assim dizem alguns versos:

“Não há liderança
Sem a legitimidade dos liderados
Não há liderança sem fazer parte
Sem confundir-se com todos
Sem entregar-se à luta com as mãos limpas
e a sensibilidade disponível
Há que fazer parte, de peito em flor
Agregando e amparando
Ouvindo e consolando
Acolhendo no abraço de palavras
Que aconselham e recriam a esperança
Liderar é a parte que se mantém resiliente
Que desnuda a fé com sabedoria [...]” (Ilka Valeria, Janeiro de 2020.
In: Aniszewski; Malachias, 2020, p. 121).

Nos arriscamos em dizer também, que uma liderança presa pela coletividade, pelo “bem viver” coletivo. E ao falar assume uma fala plural, pois traz consigo muitas vozes silenciadas e abafadas. Uma líder não fala pelas outras, mas em determinadas situações ela fala junto com as outras.

Inúmeras iniciativas da sociedade civil fazem frente às vulnerabilidades existentes nos municípios que constituem a Bxd. Reconhecer o trabalho de mulheres negras, que atuam como líderes em educação é importante, não só pelas ações positivas que elas desenvolvem, mas também pelo fato de que essas ações podem auxiliar na construção de políticas públicas e políticas sociais locais, regionais e até mesmo globais. Isso porque, além do trabalho desenvolvido, essas lideranças estão conectadas a comunidades, ou seja, lugares onde coletivos e indivíduos atuantes, os/as “crias”⁶, conhecem as reais necessidades da população, porque são parte dela e abrem caminhos possíveis para transformar tais territórios em locais saudáveis e sustentáveis.

⁶ “Cria” é um termo popular utilizado frequentemente por moradores de favelas e periferias do Estado do Rio de Janeiro. O termo é designado a alguém que nasceu em determinada região ou foi criado(a) nela. Exemplo: MV Bill é cria da Cidade de Deus.

Apoiando-me nas definições de Gohn para a educação não formal destacamos o eixo *coletividade* como elemento essencial tanto no desenvolvimento das ações sobre o ponto de vista individual de cada iniciativa quanto em atuações em redes. A seguir falaremos brevemente sobre algumas articulações em rede que têm sido extremamente importantes para a Bxd, principalmente ao que se refere aos municípios de Queimados, Belford Roxo, Duque de Caxias..

A ONG Casa Fluminense ao longo dos seus dez anos de atuação na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro vem desenvolvendo inúmeras ferramentas que corroboram para a soluções de problemas sociais a partir da rede Casa Fluminense tais como: o Mapa da Participação⁷ e o Mapa da Desigualdade 2020⁸ (Casa Fluminense, 2023). Outra proposição importante desta organização se refere ao fomento a criação das Agendas Locais⁹, que em outra etapa da escrita nos ocuparemos em apresentar com maiores detalhes.

Assim como a ONG Casa Fluminense, outras iniciativas somam esforços em busca de integração e fortalecimento através das redes, como por exemplo a Redes de Desenvolvimento da Maré¹⁰ (ou Redes da Maré) que acontece no complexo de favelas desta região, ou a rede do Fórum Grita Baixada¹¹ e ainda a rede 90 x Favela.

A rede 90 x Favela nasceu a partir de um chamamento público em resposta à crise sanitária do Covid-19 em apoio às favelas do Estado do Rio de Janeiro, lançado em março de 2021 pela Fiocruz. Em um relatório preliminar sobre as ações realizadas a partir desse chamamento, divulgado em julho de 2022, o estudo revelou que graças aos esforços de

⁷ O Mapa da Participação é uma ferramenta digital disponível na website da ONG Casa Fluminense onde as organizações, grupos, coletivos e iniciativas da sociedade civil atuantes em áreas distintas como incidência política, cultura, justiça ambiental e racial, combate a insegurança alimentar, geração de renda, educação, entre outras, podem se cadastrar e desta forma se conectar a partir de seus pontos de interesse.

⁸ O Mapa da Desigualdade 2020 é um documento que se ocupou em traçar as desigualdades sociais presentes nos municípios que compreendem a região metropolitana do Rio de Janeiro.

⁹ As Agendas Locais são documentos inspirados na Agenda 2030 da ONU, que prevê uma série de metas a serem superadas até o ano de 2030 e que leva em consideração as especificidades dos variados territórios que compreendem a região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/agenda-rio-2030/#agendaslocais>

¹⁰ “A Redes da Maré é uma organização da sociedade civil, que nasceu da mobilização comunitária a partir dos anos 80, nas favelas da Maré. Formalizada em 2007, tem como missão tecer as redes necessárias para efetivar os direitos da população do conjunto de 16 favelas da Maré, onde residem mais de 140 mil pessoas”. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/quemsomos/apresentacao>

¹¹ “O Fórum Grita Baixada foi criado em 2012, como um espaço de diálogo, formação e incentivo à organização, articulação e mobilização para a busca de soluções da sociedade civil para as problemáticas sociais e de direitos humanos na Baixada Fluminense, especialmente a questão da violência letal que dizima centenas de jovens todos os anos”. Disponível em: <https://forumgritabaixada.org.br/sobrenos>

iniciativas da sociedade civil em média 450 crianças, adolescentes e jovens moradores de favelas foram inseridas em ações de educação integral em saúde, reforço escolar e mitigação à evasão escolar. E ainda 435 pessoas capacitadas em cursos e formações, nas áreas de geração de renda e mercado de trabalho, em grande parte, mulheres e jovens. Vale dizer que três municípios da Bxd fizeram parte do chamamento (Queimados, Duque de Caxias e São João de Meriti) (Fiocruz, 2022). Mesmo que boa parte dos projetos já tenham finalizado os recursos concedidos neste edital, a rede 90 x Favela permanece ativa, isso porque as vulnerabilidades sociais que assolam as favelas do Estado do Rio de Janeiro já existiam muito antes da pandemia do Covid-19 e sem políticas públicas específicas, ou sem ações efetivas ainda irão perdurar, para a infelicidade de muitas pessoas, por longas datas.

As articulações em redes se configuram como essenciais para o fortalecimento e reconhecimento das ações promovidas por lideranças na educação não formal nos mais variados cenários onde acontecem diversas violações de direitos humanos no Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido é importante frisar também que as instituições que atuam em outros eixos como os de justiça racial, combate ao racismo ambiental, ou demais temas que estabelecem diálogos com as pautas étnico-raciais, auxiliam na criação de repertórios e mecanismos que servem como base para a construção de uma educação antirracista, através de seus relatórios, boletins, conteúdos de redes sociais, mídias digitais, infográficos entre outras ações. Neste sentido, retomamos as contribuições de Gohn para a educação não formal e seu papel frente ao fortalecimento da autoestima e o senso coletivo de identidade. Vejamos:

A educação não-formal tem outros atributos: ela não é organizada por séries/ idade/conteúdos; atua sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (este é um dos grandes destaques da educação não-formal na atualidade); ela pode colaborar para o desenvolvimento da auto-estima e do empowerment do grupo, criando o que alguns analistas denominam, o capital social de um grupo. Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo. (Gohn, 2020, p. 2-3).

Olhando para as significativas contribuições que essas lideranças e suas iniciativas fornecem para toda a sociedade na luta pelo combate ao racismo, entendemos que as articulações em redes acabam, de certa forma, por reeducar o nosso olhar e nos ofertar a possibilidade de considerarmos novas formas de produção de conhecimento. As ações em rede também se configuram como terrenos férteis para debates e discussões acerca de questões que envolvem um passado colonial (que ainda produz efeitos negativos na

atualidade), sobretudo quando consideramos as pessoas negras moradoras de favelas e periferias, e dentro deste recorte a de se considerar que as mulheres negras são as mais afetadas.

Romper com as estruturas coloniais talvez seja um caminho para a construção de um pacto social que em toda a história do Brasil nunca foi estabelecido. Intelectuais que questionam a herança colonial através de perspectivas afrocentradas têm nos oferecido caminhos para ruptura de estruturas racistas. Neste sentido, vejamos o que o filósofo Molefi Kete Asante, criador da teoria da *Afrocentricidade* tem a nos dizer sobre este tema:

A Afrocentricidade é uma crítica da dominação cultural e econômica e um ato de presença psicológica e social diante da hegemonia eurocêntrica. Meu livro, *The Afrocentric Idea* [A Ideia Afrocêntrica], foi publicado para explicar ainda mais a afirmação da cultura africana como a base para uma nova abordagem do conhecimento. [...] O que foi necessário para a pessoa africana deslocada pelo tempo e lugar no mundo europeu, seja através da agência de escravizadores portugueses, espanhóis ou ingleses [...] Para o afrocentrista, o praticante da Afrocentricidade, começa-se com a presença, isto é, o direito de africanos a estar onde quer que estejam e a reivindicar a agência na localização, no espaço, na orientação e na perspectiva. Historicamente isso significou confronto com estruturas e epistemologias opressivas. Tal desafio cultural, no entanto, desafia muito do quadro conceitual recebido que vê os africanos e, de fato, a África como marginais para a criação da realidade. (Asante, 2016, p. 10, 11).

Em consonância a isso, somamos as contribuições da Prof^a Dra. Petronilha Beatriz G. Silva e suas definições para o termo *Africanidades*. Diz a autora: “Ao dizer africanidades estamos nos referindo ao legado africano, à herança que mulheres e homens escravizados deixaram para nós, povo brasileiro” (SILVA, 1995, p. 29-30). Decolonizarmos¹² o conhecimento e considerarmos outras perspectivas para nos localizarmos no tempo e espaço, talvez seja um dos maiores desafios do Brasil enquanto sociedade e recente democracia e enquanto um país que passou pelo processo traumático da colonização. Entretanto, é importante frisar que tal atitude beneficiaria não somente as pessoas negras, que são vítimas sistêmicas do racismo estrutural, mas todo o grupo social brasileiro. Fanon observa que “O

¹² “Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico” (Quijano, 2005, p. 117). Neste sentido consideramos que o termo “Decolonização” se refere ao movimento de oposição frente ao que Quijano apresenta como colonialidade e eurocentrismo.

problema da colonização comporta assim não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas condições” (Fanon, 2008, p. 84).

Das estruturas colonialistas surgem as desigualdades sociais que tanto afetam moradores de favelas e periferias no Brasil, sobretudo as mulheres negras. Neste sentido Asante discorre ainda sobre a visão que brasileiros e norte-americanos têm sobre o continente africano e fala sobre a possibilidade de termos culturas que caminhem uma ao lado das outras, em um movimento contra a hegemonia cultural, vejamos:

De fato, uma orientação para a Afrocentricidade começa com as primeiras civilizações do Vale do Nilo, as culturas Núbia e Kemética, demonstra que um ponto de partida diferente na história, além da Grécia e Roma, trará ao leitor ou estudante uma conclusão diferente sobre o papel dos africanos na história mundial. No Brasil e nos Estados Unidos, milhões de pessoas de herança africana crescem acreditando que a África é uma realidade marginal na civilização humana quando, de fato, África é o continente onde os seres humanos ergueram-se pela primeira vez. [...] A Afrocentricidade como ideia articula uma poderosa visão contra-hegemônica que questiona ideias epistemológicas que estão simplesmente enraizadas nas experiências culturais de uma Europa particularista e patriarcal. Existe uma ética assertiva entre os afrocentristas para deslocar o discurso em direção a uma abordagem mais orientada para a agência, para análise, exames, investigações e fenômenos. Portanto, para demonstrar a ideia de culturas ao lado umas das outras, ao invés da ideia de culturas sendo adotadas por uma ideia particular abrangente. (Asante, 2006, p. 11).

Tendo apresentado brevemente alguns dos temas, conceitos e teorias que ajudarão a construir uma base estruturante para esta escrita, principalmente no que se refere a educação não formal e a importância da coletividade para este segmento, retomamos a ideia central deste capítulo que é a de apresentar as lideranças que nos ajudarão a desenvolver esta pesquisa, bem como suas iniciativas, ressaltando o objetivo central de cada uma e ainda as áreas em que atuam.

1.2 APRESENTAÇÃO INICIAL DAS LIDERANÇAS, SUAS INICIATIVAS E CAMINHOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS.

Em uma apresentação inicial, nos prenderemos ao objetivo de localizar as lideranças analisadas, suas iniciativas e seus respectivos municípios. Somados a isso, adiante

apresentaremos também os caminhos metodológicos e ferramentas utilizadas neste estudo, justificando suas escolhas e conectando-as aos conceitos anteriormente tratados.

Começaremos então pela autora desta dissertação, Gisele Castro - mulher preta e Queimadense - coordenadora sociocultural no Instituto Golfinhos da Baixada (Queimados, RJ) e coordenadora do Projeto Golfinhos Educação, onde também atua como educadora. A pesquisa nasce a partir das experiências vividas no dia a dia pela autora nesta instituição e também a partir do contato com as demandas que envolvem as desigualdades sociais presentes no município de Queimados, através de atuações em redes locais e regionais, que trabalham para construir caminhos que nos levem a promoção da equidade racial e de gênero e na direção de uma educação de qualidade para crianças e jovens negros deste município. Para além de aprimorar seu jeito de ensinar, pretende-se com a pesquisa fortalecer ações de combate ao racismo, para isso buscaremos identificar outros saberes e novas tecnologias sociais que outras duas lideranças da Bxd utilizam em suas práticas educativas.

O **Instituto Golfinhos da Baixada**¹³ foi criado em 2011 com o propósito de suprir demandas esportivas na área de natação para crianças e adolescentes da Baixada Fluminense, sua missão se ocupa em promover a transformação social através do esporte. O Instituto também promove atividades artísticas e culturais, cursos de capacitação e formação cidadã, intercâmbios, ações de ajuda humanitária e ações educativas e de reforço escolar. Dentre as ações desenvolvidas por essa iniciativa a de se destacar o Projeto Golfinhos Educação que nasce para suprir as lacunas deixadas na educação municipal de Queimados nos anos de 2020 e 2021 (primeiros anos da pandemia do Covid-19) onde estudantes da rede municipal de ensino ficaram sem acesso às escolas devido às medidas restritivas de isolamento social.

¹³ As descrições sobre o Instituto Golfinhos da Baixada foram recolhidas a partir de dados públicos da instituição disponíveis em sua website localizada no link: <https://golfinhosdabaixada.org.br/>



Figura 03 e 04: aulas de apoio escolar e encontro de responsáveis - Projeto Golfinhos Educação. Fonte: acervo próprio.

Em Queimados, assim como em outros municípios da Bxd, os efeitos da suspensão das aulas na educação pública durante o período pandêmico foram intensificados pela dificuldade de acesso à internet e a equipamentos tecnológicos como *tablets*, *notebooks* entre outros dispositivos. Segundo o Mapa da Desigualdade 2020 da ONG Casa Fluminense somente 26,7% da população queimadense tem acesso a internet banda larga, fato que compromete profundamente a qualidade do ensino no município, fora e dentro do cenário pandêmico, pois as precariedades que envolvem o acesso à internet ocasionam também dificuldades de acesso a serviços e programas sociais, conteúdos educativos, artísticos e culturais.

Este estudo baseia-se, portanto, em uma construção metodológica amparada nas experiências de vida de três realidades da Bxd. Collins observa que

Se a dominação pode ser inevitável como fato social, é improvável que ela permaneça hegemônica como uma ideologia no interior dos espaços sociais em que as mulheres Negras falam livremente. Esse domínio de um discurso relativamente seguro, mesmo que restrito, é uma condição necessária para a resistência das mulheres Negras (Collins, 2019, p. 6).

A luz de Collins entendemos que esta proposta estabelece conexões com a construção de um projeto de país onde mulheres negras de favelas e periferias estejam presentes

ativamente e tenham suas experiências de vida validadas, sobretudo as experiências educacionais.

Uma das lideranças negras analisadas neste estudo será a Débora Silva¹⁴, fundadora e gestora da **Sim! Eu Sou do Meio**¹⁵ (Belford Roxo, RJ), que se denomina como Programa Sim! Eu sou do meio, que em 2017 iniciou seu processo de planejamento e em 2018 sua implementação. O programa nasce com o objetivo de reduzir os índices de violência ocorridos na Rua João Fernandes Neto, chamada popularmente como “Rua do Meio”, uma extensa rua localizada no centro de Belford Roxo. O Programa Sim! Eu Sou do Meio atua nas áreas de esporte, arte, meio ambiente e educação.

A terceira educadora selecionada para este estudo é a Fabiana da Silva¹⁶, criadora da ONG **Apadrinhe um Sorriso**¹⁷ (Duque de Caxias, RJ). A ONG foi fundada em 2009 com o objetivo de desenvolver ações sociais e filantrópicas para crianças e adolescentes da região do Parque das Missões. As ações desenvolvidas englobam as áreas da educação, cultura, cidadania e saúde.

Como autora desta dissertação também faço parte deste estudo, em uma relação de pesquisadora/pesquisada a partir das ações do Projeto Golfinhos Educação (porém não exclusivamente), onde surgiram as primeiras ideias sobre esta pesquisa. Sendo assim, fazemos uso do conceito de escrevivência de Conceição Evaristo como caminho metodológico. Essa escolha está pautada a partir do interesse da autora como educadora, dentro da educação não formal, em analisar outras experiências e outras práticas educativas e entender seus pontos de conexão e suas singularidades. Minha participação direta nesta pesquisa se dará mais especificamente durante a construção do *Mapa da Empatia*¹⁸ onde ancorada na *Pedagogia*

¹⁴ No capítulo seguinte iremos entrevistar a líder Débora Silva. Sendo assim complementaremos e ampliaremos sua apresentação e a da sua organização.

¹⁵ Informações recolhidas na website da instituição disponível em: <http://simeusoudomeio.com.br/>

¹⁶ O mesmo se aplicará a Fabiana da Silva, ou seja, no capítulo seguinte ampliaremos as informações sobre ela e sua iniciativa.

¹⁷ As informações a respeito da ONG Apadrinhe um Sorriso foram disponibilizadas pela iniciativa “Wiki Favelas” e estão disponíveis no link: https://wikifavelas.com.br/index.php/ONG_Apadrinhe_um_Sorriso#Princ.C3.ADpios_Filos.C3.B3ficos_de_Educa.C3.A7.C3.A3o

¹⁸ “O Mapa de Empatia foi inicialmente concebido por Scott Matthews, então sócio da empresa de pensamento visual Xplane. Seu sócio na empresa, Dave Gray, incluiu a ferramenta em seu livro *Gamestorming*. Posteriormente, Alexander Osterwalder e Yves Pigneur ampliaram e popularizaram a solução em seu livro *Business Model Generation*”. Disponível em: http://business.org.br/businessApps/conteudos/10ferramentas/Estrategia/Mapa_de_empatia_para_empresarios.pdf

*Confessional*¹⁹ de bell hooks (2013) assumirei, juntamente com as participantes, o risco de apresentar os três territórios estudados através das relações que construímos com eles.

A academia, remodelada graças a inserção de novas atrizes e atores negros, fruto das ações afirmativas de movimentos sociais nos cenários atuais nos possibilitam interagir com uma perspectiva maior de metodologias de pesquisa. Entendemos também que os caminhos metodológicos aqui escolhidos, implicaram em novos formatos de linguagem durante a produção da escrita. E este formato esteve ancorado na escrita afrográfica²⁰ de Leda Maria Martins que posiciona a “Pessoa Negra como agente de sua reumanização” (Martins, p.45). Outro formato utilizado foi o conceito de “Escrevivência²¹” de Conceição Evaristo. Soares e Machado definem três elementos importantes nesse segundo conceito, que são eles: corpo, condição e experiência (2017, p.207).

A aposta no uso da noção de escrevivência como ferramenta metodológica tem um motivo que merece destaque entre os já elencados. Ela se presta a uma subversão da produção de conhecimento, pois, além de introduzir uma fissura de caráter eminentemente artístico na escrita científica, apresenta-se por meio da entoação de vozes de mulheres subalternas e de sua posicionalidade na narração da sua própria existência. (Soares; Machado. 2017. p. 207).

Acrescentamos aos dois recursos citados acima o “Movimento Confessional” descrito por bell hooks (2013), pois a partir do que sugere a autora, o movimento confessional pressupõe uma ação primeira da educadora (neste caso também pesquisadora) em se colocar em risco. Que podemos traduzir como o risco da tentativa de conceitualizar suas ações enquanto mulher negra e oriunda de uma região periférica (Baixada Fluminense - RJ), como

¹⁹ Para hooks o *movimento confessional* consiste em a(o) educadora(o) se colocar no risco primeiramente a partir de uma atitude confessional. “Quando os professores levam narrativas de suas próprias experiências para a discussão em sala de aula, elimina-se a possibilidade de atuarem como inquisidores oniscientes silenciosos” (hooks, 2013, p. 35).

²⁰ Leda Maria Martins traduz o conceito "Afrografias da Memória" como “a coreografia lacunar da memória” onde a “tapeçaria discursiva, a dicção da oralidade e a letra da escrita se entrelaçam” (2021, p. 21).

²¹ “Os traços de negricia ou negrura do texto seriam oriundos do que a escritora Conceição Evaristo chama de “escrevivência”, ou seja, a experiência como mote e motor da produção literária (ARAÚJO, 2012, p.47).

ações educativas afroafetivas a partir do “Afroafeto²²”, identificando este elemento como uma tecnologia social usada no combate às desigualdades presentes em territórios vulnerabilizados econômica e socialmente.

Embora alguns dos recursos metodológicos escolhidos para esta pesquisa não estejam nos cânones acadêmicos acreditamos profundamente que serão bem aproveitados e acreditamos ainda na importância deles para o tema escolhido. Há de se dizer ainda que em alguns casos, só é possível desvendar novos caminhos metodológicos no desenrolar dos trabalhos.

Temos que nos organizar para a aventura pesada que é a pesquisa e, simultaneamente, preparar-nos, também, para o acontecimento em campo, assim como, temos, também, que nos preparar, nos disponibilizar e nos autorizar para *(re) inventar o método*. O método, então, não está pronto *a priori*, não está dado, em face da experiencialidade inerente às suas itinerâncias, errâncias e criações. (Macedo, 2020, p.46).

Alinhados aos interesses que se ocupam a pedagogia social e o conceito de tecnologia social, já descritos anteriormente, entendemos que esta abordagem será importante, pois ela poderá ajudar a solucionar problemas e a propor ações no que se refere às demandas sociais vividas no dia a dia dos territórios analisados.

No que se refere aos recursos metodológicos, como primeiro passo optamos por realizar rodas de conversa com as participantes. No capítulo 2 descreverei a metodologia imbricada às falas das educadoras sob a perspectiva de uma pesquisadora que escreve a partir de suas vivências e de suas posicionalidades (Hordge-Freeman), ao mesmo tempo em que sou também “a outra” (Gohn) alocada, em risco, na encruzilhada (Martins) com a intenção de aprender com essas escolhas. Espero promover uma escuta afetiva e em consonância com *Movimento Confessional* (hooks). Por questões éticas, inerentes ao ato de pesquisar academicamente, todas as educadoras assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)²³.

²² O Afroafeto será um tema recorrente durante a produção desta dissertação, mais adiante buscaremos identificá-lo como uma tecnologia social e ancestral que entende o afeto a partir de uma perspectiva afrocentrada.

²³ O TCLE faz parte do cronograma de exigências do conselho de ética estabelecido junto a Plataforma Brasil, que é o responsável por legitimar pesquisas acadêmicas à qual a UFRRJ-PPGeduc estão subordinados.

Entendemos que será crucial para esta pesquisa realizarmos as rodas de conversas, pois durante essa abordagem podem surgir questões importantes para a pesquisa, que ainda não foram pensadas. Durante as conversas buscaremos realizar perguntas abertas, cujo interesse será o de saber informações a respeito das singularidades de cada uma, tais como: idade; se possuem nome social; se nasceram em seus respectivos municípios (caso não, como chegaram até eles) se possuem filhos; entre outras informações e ainda dados sobre as suas iniciativas para completar a apresentação feita anteriormente.

Em um segundo momento da pesquisa buscaremos conhecer com mais profundidade, a partir desses recortes específicos da Bxd, como essas mulheres se relacionam com os seus territórios. No exercício de tentar traduzir essas relações, considerando também as ideias que essas lideranças podem possuir sobre este conceito (território). Neste momento utilizaremos um recurso metodológico chamado *Mapa da Empatia*.

O Mapa da Empatia é uma ferramenta metodológica visual utilizada para ajudar a identificar as principais necessidades de seu público alvo no âmbito da gestão. Esta ferramenta tem sido utilizada por Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que buscam conhecer melhor seu público atendido, com o exercício de colocá-lo no centro das ações a serem desenvolvidas.

Embora esta ferramenta possa ser utilizada com finalidades mercadológicas e capitalistas por outros segmentos, a intenção aqui será a de utilizá-la para entendermos como essas mulheres agem e reagem frente às violências vividas no cotidiano de suas ruas/bairros/municípios e como seus projetos/iniciativas podem ser entendidas como práticas afetivas dentro de uma perspectiva afrocentrada. Dessa forma, o Mapa da Empatia será guiado pelo seguinte roteiro: 1- O que você pensa e sente sobre seu território?; 2 - Como o seu território se comunica com você?; 3 - O que você vê quando olha para o seu território?; 4 - O que você faz dentro do seu território?; 5 - Quais são suas dores/medos? e 6 - Quais são suas necessidades?

Acreditamos que esse mapa vai nos ajudar a construir uma ideia sobre essas lideranças e seus territórios baseada na empatia. Sendo assim, as quatro primeiras perguntas serão direcionadas com a intenção de nos localizarmos simbolicamente a partir de como essas mulheres se relacionam com seus lugares e também a partir suas ações. Já as duas últimas questões servirão para nos ajudar a conhecer individualmente cada participante, olhando para

as suas principais necessidades enquanto mulheres negras da Bxd e ainda olhando para suas dores e medos. Ciente de que algumas dessas questões podem provocar gatilhos emocionais durante e até mesmo após as atividades, pediremos apoio a uma profissional da área de psicologia para nos orientar como melhor conduzir as questões, no sentido de tornar esta atividade a mais humana possível, respeitando os limites de cada participantes.

Abaixo segue o modelo utilizado para construir o Mapa da Empatia das participantes, elaborado pela autora..

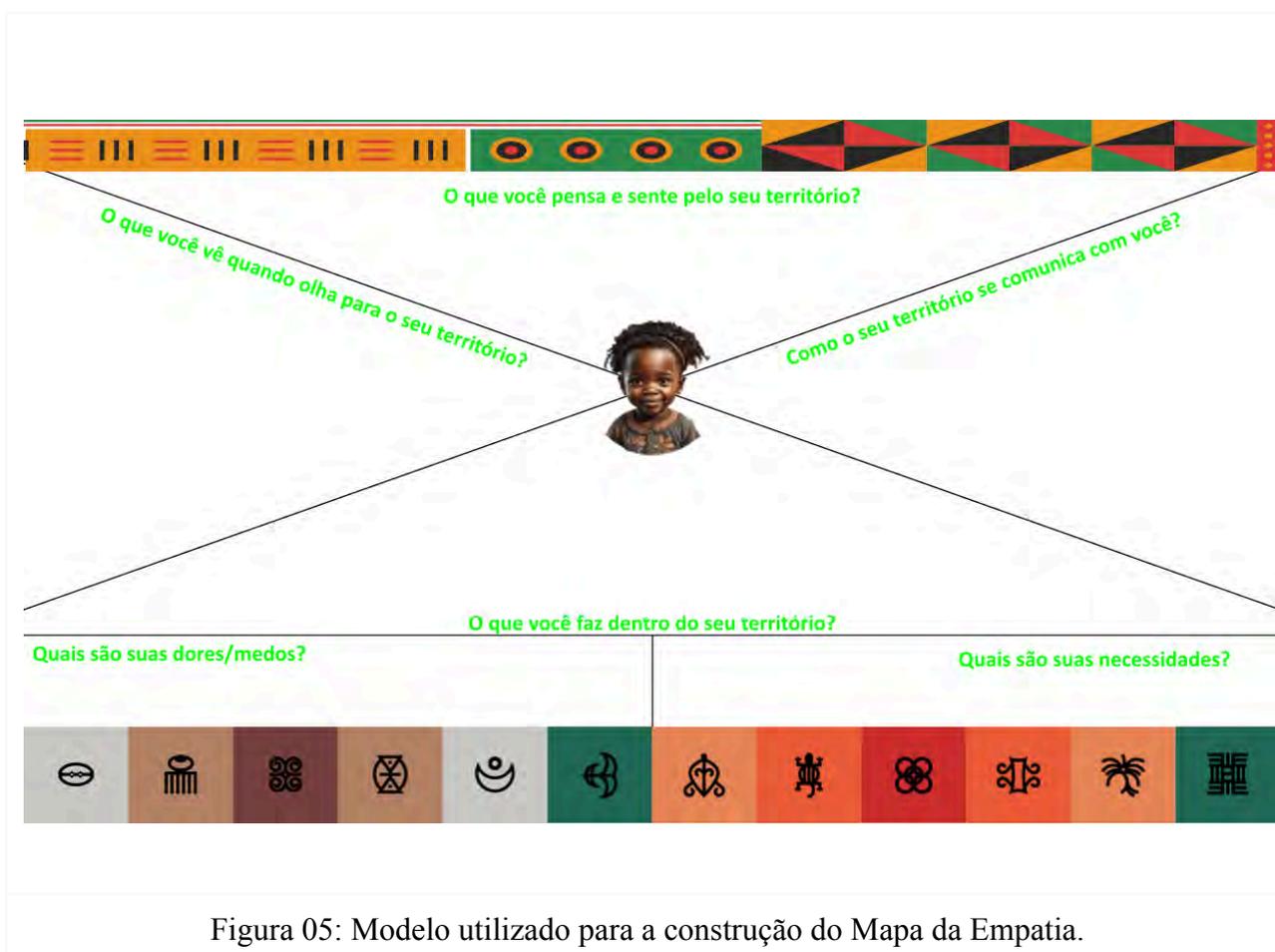


Figura 05: Modelo utilizado para a construção do Mapa da Empatia.

Mediante a tudo que tratamos até aqui destacamos alguns pontos de conexão entre as três iniciativas com base nesta análise inicial. A primeira delas é o fato de que as iniciativas atuam em consonância com os ODS da Agenda 2030 da ONU, seja de maneira direta - citando o documento em suas websites - ou de forma indireta. Outro ponto de interseção se dá pelo fato de que as iniciativas atuam no âmbito da educação não formal com foco em

crianças e adolescentes no intuito de reduzir as desigualdades sociais de seus territórios. Todas essas informações estão dispostas, de forma pública, nas websites das instituições.

Nos encaminhando para o final desta etapa da escrita, refletindo a luz de bell hooks, que a partir das contribuições de Paulo Freire nos fala sobre a importância de uma pedagogia crítica que preze pelo senso de comunidade e que estimule o “bem viver coletivo”.

Trabalhando com uma pedagogia crítica baseada em minha compreensão dos ensinamentos de Freire, entro na sala de aula partindo do princípio de que temos que construir uma “comunidade” para criar um clima de abertura e rigor intelectual [...] penso que o sentimento de comunidade cria a sensação de um compromisso partilhado e de um bem comum que nos une. Idealmente, o que todos nós partilhamos é o desejo de aprender - de receber ativamente um conhecimento que intensifique nosso desenvolvimento e nossa capacidade de viver mais plenamente no mundo. (hooks, 2013, p. 57-58).

Se o racismo buscou, ao longo dos anos, se remodelar e permanecer em nosso meio, nós, Mulheres Negras Líderes em Educação precisamos de estratégias inteligentes e tecnologias sociais para estar na linha de frente. Sendo assim, “em frente, pois. E um dia chegaremos a propostas educativas que se construam, levando em conta, também, a cultura afro-brasileira” (Silva, 1995, p. 29-30). E esse dia precisa ser o *agora*.

No próximo capítulo aprofundaremos, como dito acima, as reflexões das educadoras; os dados obtidos a partir das rodas de conversa e do mapa da empatia. E buscaremos identificar a existência das tecnologias sociais (e as afroafetividades presentes ou não) utilizadas pelas lideranças e seus pontos de intersecção a partir das pautas globais trazidas pela Agenda 2030 da ONU, tendo como direção os ODS 4, Educação de Qualidade, o ODS 5, Equidade de Gênero e o ODS 10, Redução das Desigualdades.

CAPÍTULO 2

LIDERANÇAS NEGRAS E SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS AFETIVAS: COMO ESSAS REALIDADES SE CONECTAM?

Todo ser humano merece ser respeitado, ser protegido e tratado com dignidade. A oferta dessas estruturas positivas acrescidas a tantas outras favorece o desenvolvimento saudável de uma pessoa e corrobora para a construção do seu capital afetivo²⁴. O desenvolvimento pleno de um ser humano estruturado a partir destes itens coadunam com os Princípios Fundamentais da Constituição Brasileira (Brasil, 1988), são assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e também pela Agenda 2030 da ONU (ONU, 2015). Então por que a sociedade brasileira elege corpos que são mercedores de afeto e cuidado e corpos que não merecem? Essa pergunta/provocação estabelece diálogos profundos com as muitas formas de manifestação do racismo, que permeiam vários setores sociais. Dentro dessa lógica de corpos passíveis de afeto e de corpos não passíveis algumas estruturas sociais brasileiras também escolhem corpos que podem ser matáveis/descartáveis e corpos que merecem ser protegidos, amados e respeitados.

Elizabeth Hordge-Freeman (2020) ao estudar sobre como se dá a distribuição do afeto em famílias negras de um bairro periférico de Salvador, BA nos oferece uma importante reflexão sobre como as relações raciais, que são desenvolvidas através de práticas ideológicas, institucionais, interativas e linguísticas podem conferir a pessoas pretas e pardas desvantagens econômicas, políticas e sociais.

É complicado analisar a maneira com que tanto raça quanto fenótipo afetam a vida das pessoas, mas isso se torna mais claro se conceituamos tais ideias como parte de processos de racialização, ao invés de pensá-las apenas como categorias ou etiquetas. Racialização é o processo pelo qual significados são atribuídos a traços físicos e culturais e que é “produzido e reproduzido através de práticas ideológicas, institucionais, interativas e linguísticas as quais sustentam uma construção particular da diferença”, sendo importante porque os significados que são criados e atribuídos aos diferentes corpos sustentam sistemas sociais racializados, como aquele do Brasil, no qual “as vantagens econômicas, políticas e sociais são parcialmente formadas pela colocação de pessoas em categorias raciais. (Hordge-Freeman, 2020, p.15, 16).

²⁴ “Esse termo se refere aos recursos emocionais e psicológicos que uma pessoa adquire ao ser positivamente avaliada e sustentada [...] Isto é, emoções positivas geradas de interações sociais afirmativas dentro e fora das famílias podem gerar recursos pessoais ligados a maior criatividade, resiliência e ao bem-estar emocional” (Hodge-Freeman, 2020, p. 18).

A autora defende ainda que pessoas negras “não lidam apenas com notáveis desvantagens estruturais”, mas que “as desvantagens raciais que enfrentam na sociedade podem ser reproduzidas em interações verbais, trocas afetivas e tratamento diferenciado dentro da sua própria família” (2020, p. 16). Por essa razão entendemos a importância de discutirmos esses temas nos espaços de educação, sejam eles pertencentes à educação formal, à não formal e ainda na educação informal.

Pessoas negras que vivem em espaços vulnerabilizados traduzidos em formatos de favelas e periferias do Estado do Rio de Janeiro vivenciam experiências de exposições às violências muito cedo, algumas até mesmo antes de nascer ainda no ventre de suas mães. Os formatos de violência podem se apresentar de maneiras diversas, desde as mais palpáveis e visíveis como às violências obstétricas, oferta de tratamento pré-natal insuficiente, índices alarmantes de letalidade policial, ausência de planos de habitação, entre outros. Por outro lado, o contato com experiências de violência provocadas pelos estigmas raciais, nem sempre são visíveis, em alguns casos pessoas negras tem uma noção geral de que essas manifestações são casos isolados ou que elas, as vítimas, são responsáveis de alguma forma pelas violências que sofrem. Em ambos os casos, essas experiências são complexas e deixam marcas profundas, que nem sempre a pessoa que sofre a ação violenta está preparada para compreender, perceber e estabelecer conexões dos episódios com práticas racistas, nem tão pouco são capazes de compreender que recebem tratamento baseado em modos desumanizadores.

As reflexões trazidas por este capítulo, no âmbito da educação não formal, permite nos concentrarmos no capital afetivo e conectá-lo a uma outra ferramenta social fundamental para as realidades vividas nos territórios de Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias. Ancorada em Hordge-Freeman (2020) que teoriza sobre a fluência racial ao estudar famílias negras de Salvador acrescento a esse elemento o termo *críticidade*²⁵, pois a “fluência racial crítica” pode ser traduzida como a habilidade desenvolvida que faz com que pessoas negras compreendam as hierarquias raciais e também suas posicionalidades frente a esse sistema. A fluência racial crítica também se refere à capacidade de desenvolver estratégias de sobrevivência, coletivas ou individuais. Ela considera ainda o capital afetivo como fundamental para a transmissão, recebimento e desenvolvimento dos processos raciais. Sendo

²⁵ Característica de crítico, do que se fundamenta ou é estabelecido a partir de um juízo de valor; habilidade ou capacidade para ser crítico, para julgar, criticar. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/criticidade/>. Acesso em 05 de dez.de 2023.

assim concluímos que as relações afetivas são elementos chaves para o desenvolvimento da fluência racial crítica.

2.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS INICIAIS DA PESQUISA DE CAMPO: IDENTIFICANDO AFROAFETIVIDADES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS LOCAIS.

As atividades de campo que serão apresentadas a seguir foram divididas em quatro etapas:

A primeira delas se tratou de uma visita aos espaços onde acontecem as atividades das organizações (ONG Sim! Eu Sou do Meio - Belford Roxo e a ONG Apadrinhe um Sorriso - Parque das Missões, Duque de Caxias). Essa primeira visita teve a intenção de reconhecer os espaços, público atendido, características territoriais e dinâmica de funcionamento das ações, esta etapa também teve como objetivo a apresentação do cronograma da pesquisa de campo, seu tema principal, seus objetivos e ferramentas utilizadas;

O segundo momento da pesquisa foi marcado pelas entrevistas individuais com as lideranças, que teve como finalidade repousar a atenção em dados sobre as instituições, entendendo ainda mais os modos de atuação de cada uma; por outro lado, a terceira etapa se concentrou em uma roda conversa com as lideranças para construir o Mapa da Empatia; já a quarta e última trabalhou na compilação dos dados obtidos, análise das ferramentas e construção do capítulo em questão.

Antes de apresentarmos os resultados do Mapa da Empatia será necessário relatar algumas respostas que tivemos durante as visitas de campo que antecederam a construção do Mapa. Sendo assim, podemos dizer que as primeiras impressões sobre as instituições foram marcadas por algumas diferenças e pontos de intersecções. Neste momento é importante também identificar a maneira como as lideranças serão referenciadas durante a escrita e a sequência dos territórios. A pesquisadora em questão, Gisele Castro, representante do Instituto Golfinhos da Baixada e que em alguns momentos também contribuirá com seus relatos, será mencionada como “Gisele Castro”, já Débora Silva representante da ONG Sim! Eu Sou do Meio será chamada da mesma forma, ou seja, “Débora Silva”, Fabiana Silva representante da ONG Apadrinhe um Sorriso será referenciada como “Fabbi Silva”. A ordem de sequência de apresentação dos relatos será sempre da seguinte forma: a liderança de Queimados; a liderança de Belford Roxo e a liderança de Duque de Caxias. Essa ordem foi

escolhida levando em consideração as disposições geográficas dos territórios, partindo do interior para a capital do Estado do Rio de Janeiro.

Ainda pensando em um melhor entendimento informamos que os relatos produzidos durante a pesquisa de campo se apresentaram diluídos nos subtópicos deste capítulo, bem como no capítulo seguinte. Essa estratégia se sustenta pelo fato de termos uma gama considerável de informações e reflexões metodológicas, que possuem conexões com os temas e subtemas capitulares abordados nesta escrita. Também vale ressaltar neste momento que a pesquisa em questão passou pelo crivo do Comitê de Ética ao qual a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro está subordinada, tendo sua total aprovação.

Como no capítulo anterior, demos uma ênfase maior ao Instituto Golfinhos da Baixada e ações desenvolvidas, iniciamos essa segunda etapa pela ONG Sim! Eu Sou do Meio, sobre suas informações gerais. Dessa forma, a localizamos em uma nova sede domiciliada à Rua Gonçalves Gato, 288, no Bairro Vila Dagmar, Belford Roxo. A estrutura física da organização conta com um galpão bem amplo, com três andares de estrutura construída, muitas salas para atividades, uma cozinha onde são distribuídas refeições gratuitas à comunidade em um formato de cozinha comunitária, setores administrativos, além de uma quadra esportiva, que ainda precisa de ajustes, como explicou Débora Silva. Faziam poucos meses que a instituição havia locado o imóvel. A antiga sede passou por uma enchente, algo bem comum se tratando da Bxd, e as condições do aluguel já não eram mais favoráveis para a organização devido ao seu crescimento, fato que levou a instituição a migrar da Rua do Meio para este novo local.

Disponibilizamos mais algumas informações técnicas sobre a ONG em questão para formalizamos um entendimento amplo sobre suas ações. Com o nome formal “Programa Social Sim Eu Sou do Meio - Sesm” a instituição atende pelo nome popular “Sim! Eu Sou do Meio”. A ONG existe desde 2018, no entanto está formalizada há 3 anos, no modelo de Associação Sem Fins Lucrativos. Atualmente 75 pessoas trabalham na organização, deste total somente 13 recebem *pró labore* no formato Microempreendedor Individual (MEI)²⁶ e o restante atuam como voluntários. Em pergunta a Débora Silva sobre como surgiu a organização temos a seguinte resposta:

²⁶ MEI é uma modalidade jurídica brasileira que compreende “a pessoa que trabalha como pequeno empresário ou pequena empresária de forma individual e, ao se formalizar, irá conquistar uma série de benefícios”. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/perguntas-frequentes/o-que-e-o-microempreendedor-individual-mei/o-que-e-mei>. Acesso em 15 de dez. de 2023.

“Sim! Eu Sou do Meio surge de uma inquietação minha no território chamado Rua do Meio, que corta todo o centro do Município de Belford Roxo. O nome da rua é João Fernandes Neto, mas por ela estar no centro do município e ser uma rua muito extensa, a gente chama ela de Rua do Meio. Eu sou professora, dava aula para crianças aqui no município e as crianças diziam que moravam em outros bairros, que moravam em outras ruas, mas não na Rua do Meio [...]. Na década de 1990 foi considerada a rua mais perigosa da Baixada Fluminense. Tinha um “Grupo de Extermínio”²⁷ como muita gente sabe. Isso é a história da Baixada Fluminense. Matavam muitos jovens aqui, muitas pessoas [...]. Colocavam o nome dos meninos no poste. Eles sabiam que iam morrer. Tem um livro chamado “Filhos do Brasil” que também narra essa história. Ele conta a história dos meninos entrando na missa do Padre Renato e dizendo: padre, padre! Eu sou o próximo! Minha mãe dizia: nunca entre na Rua do Meio! Eu cresço, vou dar aula e a maioria das crianças que eu dou aula são de onde? da Rua do Meio. E as crianças por dizerem que moravam em outro lugar isso me machucava muito, me doía muito. Comecei com 54 crianças em uma varandinha de uma igreja, o pastor cedeu uma varandinha para gente. Para realizar um trabalho dentro da Rua do Meio em 2018 e nunca mais saí de lá”(Débora Silva).

Após essa resposta, Débora Silva observa que embora sua sede não esteja mais na Rua do Meio seu público alvo ainda é majoritariamente de lá. Ela acrescenta dizendo que a sua equipe atua em dezessete bairros oriundos de Belford Roxo, Nova Iguaçu, Mesquita e São João de Meriti. Com um público de 90% de pessoas pretas e pardas, sendo elas crianças, jovens, mulheres e mães solo, pessoas em situação de vulnerabilidade social e usuárias de serviços e benefícios sociais. Débora Silva explica ainda que todo o monitoramento feito com as famílias é amparado através de uma ferramenta social digital chamada “Bússola Social”, que é responsável por organizar as atividades e também mapear as ações e usuários. Atualmente a organização atende em média 600 pessoas de todas as idades e que fazem parte do perfil social acima citado. Ao chegar à instituição os beneficiários passam por uma avaliação social ampla e dependendo do caso são ofertados serviços jurídicos, psicológicos e de assistência social.

²⁷ Os Grupos de Extermínio eram grupos de homens armados cujo os membros compunham também as forças policiais do Estado do Rio de Janeiro, sua origem é marcada pelos barões fazendeiros-senhores que passaram a temer a revolta dos escravizados recém-libertos, pois, estes, poderiam almejar vingança e pleitear recursos, como a posse de terras e tomadas de territórios. Os Grupos de Extermínios foram bastantes atuantes na Bxd nas décadas de 1960 ao início dos anos 2000, quando foram suplantados pelas Milícias (Oliveira, 2021).

A instituição oferece múltiplos serviços e atividades para seus usuários, que podem ser traduzidas por meio de atividades artísticas e culturais para crianças e adolescentes como oficinas de dança e Hip Hop, curso de capacitação e empreendedorismo para mulheres (Projeto Sou Empreendedora, Sou Mulher), distribuição de refeições a partir de uma cozinha solidária, bazar de roupas, aulas de natação através de uma parceria com uma empresa multinacional que tem sede no território de Belford Roxo, entre outras atividades. Quando Débora Silva é perguntada sobre o objetivo principal da instituição ela responde que:

“A missão do Sim! Eu Sou do Meio é tirar Belford Roxo da invisibilidade social, econômica e política. Mostrar para o mundo que Belford Roxo existe no mapa do Rio de Janeiro. Não pela violência e não pela corrupção, mas pela potência e pela resiliência. Pela galera que faz muito com pouco todos os dias e que utiliza a educação, cultura, esporte e a inclusão sócio produtiva como ferramentas deste trabalho”(Débora Silva).

Por outro lado, a ONG Apadrinhe um Sorriso, criada e idealizada por Fabbi Silva, está localizada na Favela Parque das Missões, Duque de Caxias, em uma área denominada como “Colômbia”. A instituição existe desde 2009 e tem como objetivo *“trabalhar o desenvolvimento comunitário”* (Fabbi Silva). A organização é reconhecida pela comunidade local como “A Salinha de Leitura”. Com um total de oito pessoas trabalhando na ONG, todas voluntárias, a instituição atende uma média 360 pessoas, que são divididas em três grupos: crianças, adolescentes e mulheres. Em sua maioria pessoas pretas e pardas. A estrutura física da sede compreende uma sala, uma pequena copa e um banheiro. O imóvel é próprio e pertence a Fabbi Silva, que conta que adquiriu o bem com um décimo terceiro salário, que havia recebido de uma empresa na qual prestava serviços à época. A liderança nos oferece o seguinte relato sobre o surgimento da ONG:

“Eu estava escrevendo o meu projeto, minha monografia e resolvi falar do Parque das Missões, da favela e da potência que tinha no Parque. Eis que tudo mudou em relação a essa dinâmica justamente por conta dessa movimentação de olhar para minha favela sobre uma perspectiva de pesquisar. E aí quando eu saio do lugar de moradora e vou para o lugar de pesquisadora, nesse lugar de pesquisadora eu comecei a reparar que muitas crianças faziam seus brinquedos, né, com materiais reciclados: de madeira, cano de PVC. E esses brinquedos eram brinquedos que remetiam a violência que elas vivenciavam no cotidiano né, que eram armas e elas faziam todos os modelos de armas e tal [...]. Foi quando eu olhando

pela janela do meu quintal que dava para um terreno baldio do lado eu vi eles brincando de polícia e ladrão e aquilo me incomodou muito, foi quando eu peguei alguns livros, estendi o tapete e perguntei se eles não queriam brincar, brincar de livro. Eu lembro que um perguntou assim: o quê que é brincar de livro? Eu falei: brincar de poesia. Mas o que é brincar de poesia? Foi daí que surgiu o Padrinho um Sorriso [...]. Quando eu coloquei aqueles livros pra fora e estendi aquele tapete no quintal da minha casa, intencionalmente eu queria que as crianças entendessem que era possível promover outras formas de brincar. Ao longo desses anos eu sempre fiquei me questionando, né: O quê que é brincar de poesia? Porque parece fácil, né. Uma resposta: brincar de poesia é você estender tapete, abrir um livro, contar uma história. Mas não é só isso, sabe, politicamente falando brincar de poesia é você possibilitar que o outro por meio da literatura encontre o afeto. Eu vejo a literatura como esse lugar de possibilidades” (Fabbi Silva).

Nos relatos acima ficou visível o incômodo das lideranças frente às realidades que viviam em seus cotidianos. As soluções apresentadas pelas lideranças evidenciam que as ações comunitárias com base na educação não formal podem produzir impactos positivos a curto e longo prazo. E que a sociedade civil organizada pode auxiliar as instâncias governamentais a solucionar problemáticas sociais a partir de suas tecnologias. Os resultados produzidos até aqui são frutos das duas primeiras etapas da pesquisa de campo. A seguir apresentaremos o Mapa da Empatia.

2.2 RESULTADOS DO MAPA DA EMPATIA: UM RODA DE CONVERSA MARCADA POR AFROAFETIVIDADES.

Os estereótipos reducionistas produzidos a partir dos territórios da Bxd sempre foram motivo de incômodo e inquietação para algumas lideranças locais. Esses recortes intencionais produzidos pelos movimentos midiáticos que supervalorizam e capitalizam a dor e o sofrimento destinam aos nossos territórios os nichos de “lugares perigosos” e “lugares a serem evitados”. Em uma perspectiva afrocentrada e que transcende a tudo isso buscamos através desse exercício apresentar os territórios de Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias sob o ângulo de quem, de maneira consciente, promovem influxos territoriais positivos.

Por isso, o exercício do Mapa da Empatia buscou apresentar o que é Queimados para Gisele Castro, o que é Belford Roxo para Débora Silva e o que é Duque de Caxias para Fabbi Silva. Além disso, o exercício também buscou posicionar as três lideranças no centro da análise, humanizando seus corpos e celebrando suas existências. O mapa foi construído a partir de uma roda de conversa que futuramente se transformará em material pedagógico audiovisual. Sendo assim, seguem as respostas:

1- O que você pensa e sente sobre seu território?

“Penso que o meu território é um lugar de muitas possibilidades, penso que uma educação política ampla que abarque toda a sociedade queimadense pode ser a chave para nos possibilitar melhores condições de vida. Sinto por esse lugar muito amor e é isso que me impulsiona todos os dias a trabalhar para que aqui seja um lugar bom de se viver” (Gisele Castro).

“Meu país é Belford Roxo, minha nação é Belford Roxo. Eu tenho um amor profundo pelo lugar que eu nasci e me criei. Eu me sinto mais corajosa quando eu olho para o meu território eu me sinto mais determinada. Eu me sinto fortalecida pelas relações que eu tenho dentro desse território. Foi nesse território que conseguiram quebrar a dureza do meu coração. Isso gera em mim muita esperança no sentido de esperança mesmo” (Débora Silva).

“Toda vez que eu olho para o Parque das Missões tem essa dualidade, o amor e do afeto pelo espaço. Mas ao mesmo tempo um sentimento de traição, porque foram muitas entregas e no final o retorno não foi muito positivo, não pelas pessoas que frequentavam o projeto, mas é pensando no território que tem as suas questões políticas e que isso acabou chegando e repercutindo sobre a minha dinâmica de vida” (Fabbi Silva).

2 - Como o seu território se comunica com você?

“Através das crianças, as crianças negras e afroindígenas. Com o processo de reconhecimento e apropriação da minha identidade negra veio o hábito de prestar atenção nas crianças. E a partir disso eu não consigo mais não olhar para uma criança preta sem afeto, é assim que Queimados fala comigo, através das crianças ” (Gisele Castro).

“Falar de território é falar de gente. Eu percebo que esse território tem gente muito forte e que acredita que as coisas podem mudar. Em contrapartida vem aqueles que deveriam

estar do nosso lado. Que estão na gestão pública. Que deveriam estar do lado da população, fortalecendo o SUS, a educação. Falta o outro lado, que é extremamente importante, os gestores públicos se engajarem com a gente e pautarmos uma luta só. Isso vai acontecer? Não sei, mas tenho esperança” (Débora Silva).

“O que me chama atenção e o que me mobiliza pensar no Parque é justamente a resiliência da população local. Eu sou apaixonada pela educação humana, que a galera chama de educação popular. E educar é se apaixonar cotidianamente pelo ato de troca” (Fabbi Silva).

3 - O que você vê quando olha para o seu território?

“Vejo muitas questões a serem resolvidas, mas vejo também grupos e coletivos engajados e organizados. Vejo beleza nas áreas verdes que ainda existem e vejo arte nos muros da cidade” (Gisele Castro).

“A primeira coisa que eu vejo quando olho para Belford Roxo é a força da mulher. No momento mais desafiador para a humanidade, que foi a pandemia, eu entrei em desespero, a gente sabe quem são as mais afetadas nessa engrenagem de moer gente. Quando eu olho para o meu território eu vejo muitas mulheres que estão ressignificando suas histórias” (Débora Silva).

“O Parque das Missões está ali escondidinho logo na entrada da Washington Luiz, passa pela Linha Vermelha, você olha e opa! Ali tem uma comunidade que destoa desse sentido de favela por ser plana e que sempre foi vista pela grande mídia como lugar de muita violência e eu queria mostrar que não era isso. Existe essa contradição da violência, eu não tô negando isso, mas existe uma efervescência, uma potência gigante ali dentro. E quem encabeça essa efervescência são as mulheres, são as mães” (Fabbi Silva).

4 - O que você faz dentro do seu território?

“Tento reproduzir a educação antirracista, que foi dada a mim com tanto afeto, em todas as minhas relações” (Gisele Castro).

“Eu me importo, no momento que reina o silenciamento o apagamento a invisibilidade eu me importei com o território. Fui pra lá pra ressignificar esse território, fui pra lá pra gerar uma história diferente pra essas crianças” (Débora Silva).

“Eu escolho a educação porque eu queria de alguma forma provocar mudança. Eu percebi que precisa ter alguém ali que possibilitasse que a informação chegasse e essa escolha foi atravessada pela dor com a perda do meu irmão. Quando eu olho para o futuro, eu penso em quantas pessoas estão sendo impactadas pela literatura... Isso é o maior ganho” (Fabbi Silva).

5 - Considerando os marcadores sociais que seu corpo apresenta, quais são suas dores/medos?

“Tenho medo de ser impedida de fazer o que eu faço no meu território. Tenho medo de perder minha vida ou de perder alguma pessoa próxima, por causa dos temas que eu abordo em minha liderança” (Gisele Castro).

“Eu tenho uma cria, eu tenho uma menina de doze anos. Tudo que eu quero é que a minha cria tenha a alegria de se ver nesse lugar, a minha maior dor é não conseguir entregar pra minha filha a melhor educação antirracista, que ela posso ter. Esse afeto centrado na cor dela [...], eu quero muito que minha filha sofra menos do que eu sofri” (Débora Silva).

“Eu sou cria de uma realidade de negação de direitos e quando eu olho para esse corpo que é um corpo gordo, é um corpo que não cabe em todos os espaços é um corpo que é questionado por estar em determinados espaços, mas também é um corpo que se coloca como um corpo político. Eu não sou só dor, a dor faz parte, mas esse lugar de dor não comunica com o jeito que eu me coloco no mundo” (Fabbi Silva).

6 - Quais são suas necessidades?

“Necessito retribuir a Queimados tudo que recebi desse lugar. Minha família chegou à Bxd após um drama marcado pela violência, morávamos no Complexo do Alemão e após o assassinato do meu tio na casa onde morávamos fomos forçados a sair de lá. E aqui fomos

educados, amados, acolhidos e graças a isso tivemos a oportunidade de mudar a nossa história” (Gisele Castro).

“Saúde mental. Preciso de saúde física também. E eu preciso muito antes de partir dessa terra e eu vou. É ver Belford Roxo protagonizando outra história que não seja essa que eu cresci, que eu vejo ainda. Quero ver meu município com outras narrativas diferentes” (Débora Silva).

“Eu necessito me manter viva. O que está sendo dado pra gente é a morte. Então a minha necessidade é essa, me manter viva, entregar um bom trabalho e ao mesmo tempo lá no final poder comemorar a entrega feita, viva! Eu não quero ser heroína, eu não quero ser mártir” (Fabbi Silva).

Os Mapas da Empatia no formato visual

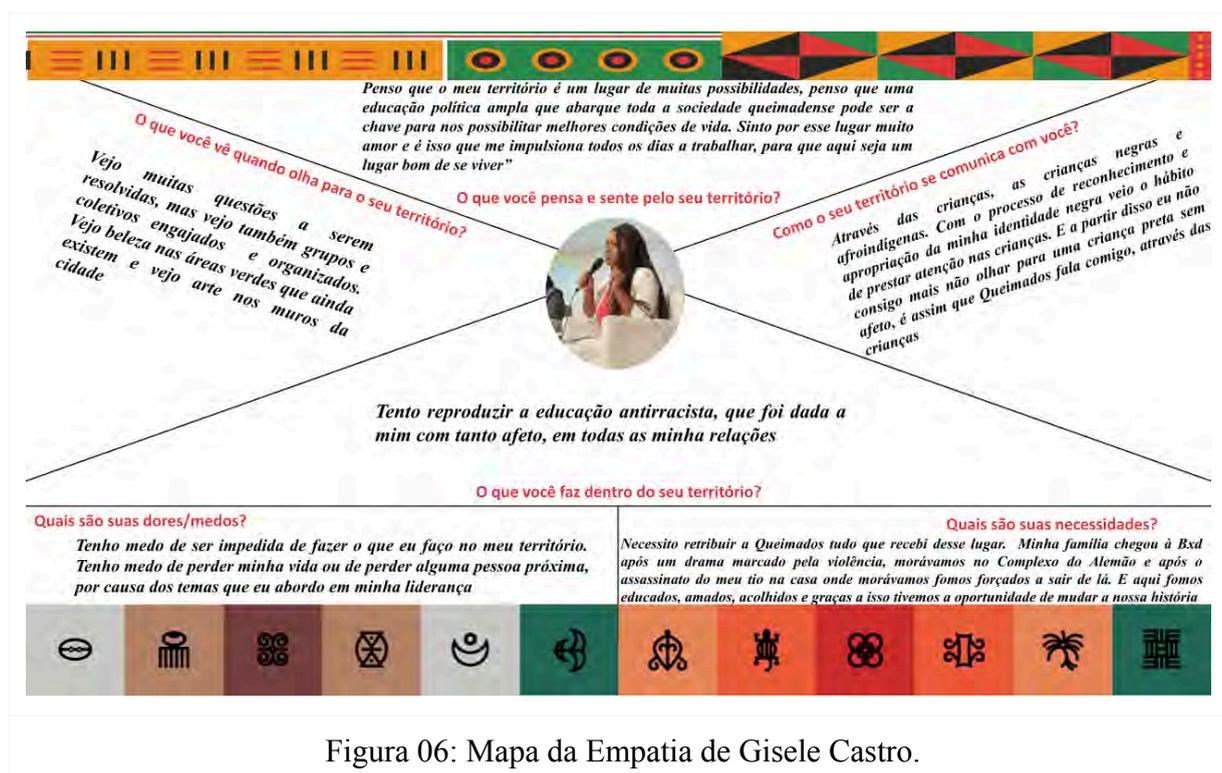




Figura 07: Mapa da Empatia de Débora Silva



Figura 08: Mapa da Empatia de Fabbi Silva

Ainda sobre uma perspectiva afrocentrada e a exemplo das experiências vividas a partir da construção do Mapa da Empatia algumas questões precisam fazer parte do debate nacional, como por exemplo: Qual é a importância da memória para um país como o Brasil? Quem tem direito à memória no Brasil? Qual é a importância de pensarmos em construções de memórias coletivas, sobretudo em regiões periféricas e favelizadas? Essas questões posicionam o direito à memória e à justiça racial como elementos relevantes para o desenvolvimento do capital afetivo de grupos que compõem as favelas e periferias urbanas da Bxd.

As problemáticas sociais que os três territórios enfrentam não foram negadas pelas lideranças, muito pelo contrário, em alguns trechos elas aparecem como, por exemplo, no momento em que Fabbi Silva fala sobre a dualidade de sentimentos que ela possui sobre o Parque das Missões (amor/afeto e traição), a liderança conta que sofreu ameaças de grupos políticos por causa das ações que realizou no período da pandemia do Covid-19, fato que a levou a se mudar da favela. No entanto, em uma perspectiva que transcende a tudo isso, a busca pelo desenvolvimento de territórios mais saudáveis e sustentáveis ganha força pela difusão da fluência racial crítica.

Os relatos obtidos a partir deste exercício nos ajudam a construir memórias positivas sobre quem somos e sobre o lugar que ocupamos. Algumas singularidades marcaram a roda de conversa, tais como: o sentimento de pertencimento; a difusão de uma educação antirracista a partir da atuação das três lideranças; a importância das mulheres para os territórios periféricos e favelizados da Bxd e por último as pedagogias afroafetivas difundidas pelas lideranças por meio da dinâmica do cuidado e também do autocuidado.

2.3 MAS O QUE É O AFROAFETO?

Neste momento introduzo o termo *Afroafeto*, a fim de buscar uma conceitualização ancorada nas experiências e práticas desenvolvidas pelas lideranças a partir dos relatos acima. Busco ainda problematizar algumas práticas afroafetivas desenvolvidas por gerações de famílias e grupos de pessoas negras, que aperfeiçoaram o afeto a partir de uma perspectiva afrocentrada como forma de estratégias para a sobrevivência e o bem viver coletivo.

Para um entendimento inicial do termo busco seu significado partindo de uma visão etimológica apresentada pelos dicionários de língua portuguesa brasileira, que entendem que a palavra *Afroafeto* se trata da junção de duas palavras: afro + afeto. A primeira tem origem no latim (*afer*) (*-fir*), diz-se de ou indivíduo dos afros, antigo povo da África. A segunda, afeto, também se origina no latim (*affectus*), e significa sentimento de afeição ou inclinação por alguém, amizade, paixão, simpatia. Pode significar ainda ligação carinhosa em relação a alguém ou a algo, expressa sentimento ou emoção (Michaelis, 2022).

Após uma revisão bibliográfica foi possível constatar, que são poucas as referências sobre este termo. Fato que nos leva a pensar que talvez muitas pessoas praticam o *Afroafeto*, mas no entanto não entendem essas práticas a partir deste termo, assim como muitas mulheres desenvolvem práticas feministas e não associam uma coisa a outra. Também foi possível perceber que, embora nas rodas de conversas, *lives* e encontros acadêmicos educadoras que se ocupam em estudar as temáticas etnico-raciais abordam o tema, no entanto muitas não estão escrevendo sobre ele. Por isso sigo aqui com a missão de apresentá-lo, pois parto da premissa de que é necessário “dar nomes” para as nossas estratégias.

No mini documentário “Do que Aprendi Com Minhas Mais Velhas”²⁸ há uma descrição muito importante sobre a “Escola do Axé”, fala-se sobre o processo de educação de terreiro, que é passado de geração em geração como um processo amoroso e carregado de afeto. As casas de Axé, assim como os quilombos são espaços de resistência e foram eles, assim também como os movimentos sociais negros, responsáveis por manter viva algumas tradições da cultura negra no Brasil. Por isso considero que pensar o *Afroafeto*, a partir das experiências dos terreiros, constitui-se como uma excelente porta de entrada. Vejamos o que Fabbi Silva tem a nos dizer sobre a importância destes espaços para o ensinamento do afeto afrocentrado:

“Eu sou do terreiro né. Eu sou uma pessoa candomblecista. E no terreiro a gente vê muito como afetos se demonstram. É por conta da ancestralidade, então quando eu olho pra pergunta pensando no amor, nesse afeto afrocentrado eu fico pensando num afeto que se mostra dentro dos terreiros [...] que se transmite de geração em geração por meio da narrativa do cuidado com o nosso Ori. E da construção de outras possibilidades por meio da religião e do cuidado com o outro. Ao mesmo tempo eu olho para o movimento da educação

²⁸Ficha técnica completa: Título “Do que aprendi com minhas mais velhas” (Original). Ano produção 2017. Dirigido por ONIJASÉ e SUSAN KALIK. Estreia 7 de Abril de 2017 (Mundial).

né, o quão importante é a gente olhar para as nossas crianças pretas e mostrar para elas que é possível, que é possível receber e também dar afeto nas relações” (Fabbi Silva).

Enquanto ouvia os relatos de Fabbi Silva sobre suas experiências afroafetivas ambientadas nos espaços de terreiro, recordei uma passagem da história recente de Queimados vivida em uma Casa de Axé. A experiência se deu em ocasião da visita da rainha da República Democrática do Congo, Diambi Kabatusuila²⁹, em 2019.

A rainha Diambi veio ao Brasil em busca de reconexões ancestrais e a Casa de Umbanda Cabana Espírita do Pai Fabrício, que fica em Queimados e existe há 110 anos, foi um dos roteiros da rainha, por possuir uma conexão direta com a região do Congo. A rainha chegou com uma comitiva composta por um príncipe, súditos e lideranças africanas de sua região. Em seu discurso Diambi falou sobre o processo doloroso de medo e luto pelos quais africanos e africanas do Congo passaram no período da escravidão, com recorte para os que ficaram no Congo. Estes, segundo a rainha, tiveram que conviver com a dor da perda de seus familiares que se foram e o medo constante de também serem sequestrados.

A rainha no gesto profundo de afeto nos trouxe dois presentes. Os presentes eram a água e a terra do Congo, os dois elementos foram apresentados em duas bacias e os participantes convidados a se reconectarem com a África a partir de um movimento ritualístico. A experiência foi emocionante e carregada de simbolismo. A rainha Diambi ao final de sua fala refletiu sobre a importância de termos esperança mesmo em tempos adversos, outra passagem importante foi o momento em que ela nos relatou que embora o processo de relembrar a escravização trouxesse para ela dor e sofrimento, como uma rainha não poderia se deixar entristecer, pois ao fazer isso seus súditos também ficaram tristes com ela. E por ser uma rainha o seu desejo maior era de que todos os seus súditos fossem felizes.

²⁹ “A rainha Diambi Kabatusuila foi coroada como a governante do povo Bena Tshiyamba de Bakwa Indu, da região central de Kasaï, parte do antigo Império Luba, na República Democrática do Congo, em 31 de agosto de 2016. Agora detém o título de Diambi Mukalenga Mukaji Wa Nkashama (Rainha da Ordem do Leopardo). Em Kinshasa, capital e maior cidade da República Democrática do Congo, ela faz parte da Associação de Autoridades Tradicionais e Consuetudinárias do Congo”. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/religiao-e-fe/pai-paulo-de-oxala/a-rainha-diambi-kabatusuila-no-brasil-23472688.html> . Acesso em 07 de dez. de 2023.



Figuras 09 e 10: visita da rainha da República Democrática do Congo, Diambi Kabatusuila, em 2019. Fonte: acervo próprio.

A partir desse relato histórico de Queimados, asseguro que as pessoas negras que estiveram presentes neste encontro, assim como eu, puderam experimentar, através do gesto da rainha Diambi Kabatusuila, uma prática pedagógica afrocentrada e puderam ampliar sua fluência racial crítica nesta ocasião, por intermédio da linguagem do amor difundida por ela, um amor que cura. Certamente gerações futuras dos que estiveram presentes neste dia saberão que uma rainha africana esteve aqui em Queimados.

Ainda refletindo a importância do capital afetivo que adquirimos ao longo de nossas existências e o papel das mulheres negras, considero importante tornar visível algumas práticas educacionais difundidas por elas dentro do processo da educação informal, sobretudo aquelas que acontecem dentro das famílias. Para isso solicitei nesta etapa da escrita, que as lideranças relatassem um episódio de suas vidas, que tivesse uma relação com alguma familiar mais velha ou pessoa próxima (uma mulher) e que pudesse ilustrar um exemplo de Afroafetividade, vejamos:

A exemplo de bell hooks e ainda ancorada na Pedagogia Confessional, também contribuí com minhas memórias. Segue o relato:

“Minha avó paterna é (em memória) sem sombra de dúvidas uma das pessoas mais importantes para mim, suas expressões Afroafetivas não eram percebidas através das palavras, mas sim pelos seus gestos e atitudes. Minha avó Dona Anésia, como era chamada

por mim e pelos meus irmãos, mora no bairro de Paciência, Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. Algumas vezes durante o ano ela reservava um tempo para estar com seus familiares, nesse período que poderia durar um mês ou até mais, ela organizava suas enormes bolsas, herança dos tempos que foi feirante, e partia com seus roteiros já definidos. Nestes roteiros, na maioria das vezes eram organizadas atividades pessoais e estadias nas casas de alguns familiares, ela passava uma ou duas semanas em cada casa (os familiares moravam nos bairros de Bonsucesso, Irajá, favelas do Complexo do Alemão e Queimados). Minha vó frequentava alguns centros de caridade da capital, isso fazia com que ela tivesse acesso a muitas doações de roupas, brinquedos e até mesmo alimentos. A vida da minha família, assim como as de outros parentes era bem dura neste período, que correspondeu a minha infância e adolescência, episódios de insegurança alimentar, falta de gás de cozinha, corte de energia por falta de pagamento infelizmente eram recorrentes. Mas quando minha avó Dona Anésia chegava com suas bolsas tínhamos a certeza de que coisas boas estavam prestes a acontecer. Além dos recursos essenciais que ela trazia, sempre tinha um mimo reservado especialmente para cada uma daquelas três crianças pretas. O cuidado e carinho com que minha avó nos tratava foi uma das expressões de afeto mais importantes que recebi até hoje. Lembro dela relatando à minha mãe que havia pensado em mim quando ganhou x brinquedo ou nos meus irmãos quando ganhou outros itens” (Gisele Castro).

“Eu fui uma criança negra que infelizmente a minha mãe não conseguiu romper o ciclo do não afeto, do não acolhimento. Minha mãe passou por muitas violências e não conseguiu romper esse ciclo comigo. Então eu tinha tudo também para não romper esse ciclo. Se eu não tivesse portas abertas que me estendesse a mão e aos 13 anos me desse um abraço[...]. Eu recebi um abraço aos 13 anos de idade e ali eu senti que tinha algo diferente [...]. Então, para mim, a importância do afeto, ele é gerador de vida o afeto, ele tem o poder de tirar a dureza e como a gente vive no mundo duro, cruel [...] Foi uma mulher que tinha mais de 80 anos, eu com 13 anos. Ela me deu um abraço, uma mulher negra. A minha mãe infelizmente não conseguiu romper isso, mas teve uma outra mulher negra que me abraçou aos 13 anos de idade e ali eu entendi que eu precisava amar a minha mãe e ensinar a minha mãe a amar. E é isso que a gente faz aqui no decorrer das nossas atividades, a gente ensina para aqueles que infelizmente tiveram um processo de criação doloroso de sofrimento e de não afeto de que é possível sim. Eu costumo dizer que tem dois tipos de pessoas: uma que vai

ser porta aberta e outras que vão ser portas fechadas; tem pessoas que têm o poder de trazer morte para você e tem pessoas que têm o poder de gerar vida em você. Por onde eu passar eu quero gerar vida” (Débora Silva).

“É a minha Coroa, era minha Coroa né, quatro anos que ela não tá mais aqui com a gente. Quando aquela mulher voltou a estudar [...]Eu passo na UERJ e aí eu falo para ela: cara, eu não tenho condição de estudar lá. Não tem condição, não tenho dinheiro para estudar! Morando em Caxias, estudando no Maracanã. Eu não tenho condição de trabalhar e estudar lá porque todos os trabalhos que eu arrumava era na base de costureira. Como é que eu vou estudar? Minha mãe falou: não, você vai estudar sim! Você vai fazer sim! A gente vai dar um jeito. E o jeito que ela deu foi voltar a estudar para conseguir o RioCard escolar. E aí ela me dava o RioCard escolar porque ela não precisava, porque ela ia andando para escola. Quando eu olho para minha defesa. Eu falei sobre isso né, eu falei: gente, se hoje eu tô aqui é porque eu tive minha mãe e que não foi só ela também, tive uma grande amiga que é a Regina Lúcia que é uma outra mulher negra, que viu em mim a possibilidade dela conquistar sonhos através de mim. Então não tinha dinheiro, eu passava praticamente o dia inteiro na universidade antes de conseguir bolsa e aí não tinha grana. A Regina pegava o dinheiro do cheque cidadão, que antigamente era o cheque cidadão, ela tinha que comprar coisa para os filhos dela, poder dar de comer para os três filhos pequenos e ela dividia montando lanche, fazendo a minha marmita né, me dando auxílio. Então, eu acho que é essa pegada, sabe, do afeto assim. Da possibilidade de tantas mulheres olharem para mim e verem que a minha conquista também era a conquista delas. Acho que é isso, reverberar esse esquema de possibilidade afetiva assim. E mais uma vez lembrando: nós não estamos sozinhas!” (Fabbi Silva).

Os três relatos nos permitem algumas reflexões sobre as estruturas familiares de pessoas negras e os processos de educação informal. No caso do relato da Fabbi Silva a personagem Regina Lúcia é descrita pela liderança como alguém bem próxima de sua família, quase um membro, o que Hordge-Freeman vai chamar de *“família estendida”* (2020, p.35) que são pequenos ou grandes familiares que se adicionam a outras famílias, como forma de se

protegerem e dividirem a maternidade, fenômeno bastante comum em cenários de favelas e periferias do Estado do Rio de Janeiro, bem como em Salvador, BA.

A não verbalização do Afeto e os ciclos de violências domésticas que Débora Silva nomeia como “*ciclo do não afeto*” também são elementos que constituem pontos de observação nessa análise, mais adiante, a partir de outros recortes, será possível compreender seus efeitos práticos e suas dimensões nos cenários em que se desenvolve a pesquisa.

É sempre um desafio grande quando se pretende criar um conceito sobre algo, academicamente falando, no entanto o desafio pede urgência, principalmente quando revisamos a história e nos deparamos com muitas lacunas e consecutivas tentativas de apagamento da participação do povo negro na construção do Brasil. Tratando-se da Bxd, o professor e pesquisador Nielson Rosa Bezerra fala sobre as tentativas de invisibilização sobre a participação do povo negro na construção da história deste território, especificamente em Duque de Caxias. Bezerra expõe que:

A invisibilidade da população de cor fica ainda mais nítida quando não se percebe qualquer explicação sobre o que teria ocorrido com os inúmeros escravos que trabalhavam nas lavouras de mandioca da região e que só conheceram a liberdade com a lei Áurea. Teriam todos sido terminados com as epidemias que assolavam aquele lugar durante meados dos Oitocentos e o início do então novo século? Teriam eles condições de se moverem para outros lugares, como o subúrbio ou os morros cariocas, também infestados pelas doenças provenientes da pouca estrutura sanitária em que vivia todo o Rio de Janeiro naqueles tempos? (Bezerra, 2011, p. 19).

No movimento circular do tempo, onde passado, presente e futuro se relacionam não em linha reta, mas sim em espiral (Martins, 2021) somos convidados a refletir o tempo presente nos preocupando com a memória que faremos desse tempo no futuro. Sendo assim a dúvida que me assombra se manifesta na seguinte questão: será que daqui há vinte, trinta ou cem anos, quando olharmos para o período pandêmico do Covid-19 vamos lembrar das muitas lideranças negras femininas, que atuaram na linha de frente em favelas e periferias do Brasil? Será que faremos memória somente do presidente à época, dos prefeitos e governadores? Por isso essa pesquisa se configura como relevante e imprescindível. A história precisa saber quem são essas mulheres pretas, que movimentam as estruturas do país. E como essas mulheres transformam seus territórios, servindo de inspiração para tantas outras.

Quando perguntei às lideranças se é possível pensar o afeto a partir de uma perspectiva afrocentrada percebi que embora o termo *Afroafeto* não fosse tão familiar a elas, suas vivências e relatos de experiência produziam ações afroafetivas. Sobre a questão Débora Silva responde que:

“A gente também tem uma essência muito forte de memória, sabe. O nosso DNA, a própria ancestralidade que é extremamente latente dentro da gente, carregada de muito significado. Eu não conseguiria ver tudo o que eu faço se não fosse por intermédio de pessoas negras que passaram pela minha vida, que me abraçaram. A própria Fabbi, que foi uma dessas pessoas que se hoje eu estou onde eu estou[...]. Ela olhou para mim com amor, com afeto, com: “você pode, você é capaz”. Então, se eu estou onde eu estou, eu devo muito a Fabbi. Eu falo isso para ela direto, mas é importante frisar. A própria Lúcia Xavier,³⁰ que me ensinou e me apontou o caminho de como o meu corpo, é isso, além de ser político e demandar uma urgência de ações do Estado, o quanto o meu corpo ele também acolhe, ele é importante para esse lugar [...]. A maioria aqui são pessoas pretas [...]. O afeto afrocentrado é um afeto de pessoas pretas para gente preta” (Débora Silva).

Por outro lado Fabbi Silva expõe que:

*“A forma do afeto - quando eu olho para os meus - é diferente. Porque a gente tá descobrindo o que é o afeto. A gente está descobrindo que esse afeto sempre fez parte da gente com demonstrações simples. Minha amiga Regina, a primeira vez que ela ouviu “eu te amo” foi por mim. Ela nunca tinha ouvido uma pessoa falando “eu te amo”, nem os filhos, nem o marido, nem a mãe, nem o pai. Ela nunca ouviu isso. E ela nunca ensinou os filhos a falar essa frase e quão violento é isso, uma mulher negra nunca ter ouvido “eu te amo”. E aí no primeiro momento, ela estranhou, eu lembro que ela olhou para a minha cara [...]. E eu disse: amiga eu te amo, eu te amo muito cara. Aceita que eu te amo p****a! Eu lembro que ela ficou assim olhando para minha cara, e ela começou a chorar. E ela virou e falou: nossa nunca ninguém falou que me amava [...]. As nossas mulheres negras, elas são colocadas nesse lugar de ser fortaleza, de ser resistência, de serem resilientes, serem fortes. E a fragilidade nunca foi ofertada para a gente. Nunca nos colocaram nesse lugar de fragilidade porque a fragilidade significa que você merece receber afeto, Você merece receber cuidado.*

³⁰ Lúcia Xavier, coordenadora geral da ONG Criola.

Isso tira o nosso lugar de humanidade, sabe. A humanização dos seus sentimentos [...]. Quando a gente olha para educação humana e pensa né nos nossos pretinhos que estão crescendo já nesse mecanismo violento que nos atravessa [...], que a gente consiga quebrar esse ciclo porque se a gente hoje carrega tantas marcas é porque lá atrás não teve ninguém que parou e do nada falou: nossa como você é linda! Parece que não né, mas eu tenho certeza que aquela criança lá na frente vai olhar e falar assim: Ei pára! Uma mulher do nada falou que eu sou bonita, e eu sou bonita! E ela começa a se olhar no espelho com mais carinho e com mais cuidado. É isso que tá faltando também para os nossos, se olharem enquanto detentores desse cuidado, desse afeto” (Fabbi Silva).

Tanto os estudos de Martins (2021, 2022) quanto os de Hordge-Freeman (2020) se ocuparam em estudar temáticas raciais e o tema afeto, dentro dessas abordagens foi analisado, por esse motivo entendemos que as contribuições de ambas, também nos ajudam na formulação e conceitualização do *Afroafeto* e acrescida às experiências de Débora Silva e Fabbi Silva podem nos apresentar caminhos para o formalizarmos como uma tecnologia social e ancestral. Ancorada em Hordge-Freeman teorizo sobre o Afroafeto não como um trabalho emocional, mas sim como uma tecnologia estruturante das relações etnico-raciais dada sua importância para as pessoas negras principalmente para os grupos liderados por mulheres negras.

O afeto é essencial porque a intimidade e os laços familiares requerem proximidade, a proximidade requer emoção e a emoção positiva fomenta a solidariedade. Esses laços de proximidade e solidariedade são os que deixam suportáveis os de outra maneira inaceitáveis sistemas de desigualdades como o racismo. (Hordge-Freeman, 2020, P. 285).

Mesmo não havendo muitas referências literárias sobre o tema *Afroafeto*, ao que se tem conhecimento até o momento, acrescento um conteúdo de mídia digital para amparar o termo metodologicamente. O conteúdo diz respeito às definições utilizadas pela Professora Doutora Franci Silva, docente da Faculdade Federal da Paraíba, recolhidas durante uma aula alocada na plataforma *Youtube*, intitulada como: *Pedagogia afroafetiva:³¹ uma experiência de emancipação*, que foi parte integrante do curso de extensão promovido pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) cujo tema central foi: *Segunda Academia Preta Decolonial:*

³¹ MÓDULO I: Pedagogia afroafetiva: uma experiência de emancipação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r0wD1ijUlaY>. Acesso em 22 de dez. 2022.

epistemologias e metodologias antirracistas. Em conversa, em uma rede social com Silva, ela relatou que após sua aula, o termo *Afroafeto* começou a ser difundido. Como não foi possível encontrar materiais anteriores sobre esse tema consideramos Silva a pioneira nesta abordagem.

Francy Silva (2021) durante a aula estabelece um caminho metodológico para conceituar o termo *Pedagogia Afroafetiva* apresentado por ela. Vale dizer que a perspectiva de Silva está alocada dentro da educação formal e tem como base suas experiências e práticas como docente. Sendo assim, o primeiro passo que Silva apresenta é o seu principal referencial teórico, que está sustentado em bell hooks na perspectiva apresentada na escrita *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, que trata-se de um relato de experiência que hooks fez como docente, a partir de uma pedagogia inspirada na valorização do outro (fortemente amparada por Paulo Freire).

Silva relata que ao estabelecer contato com hooks, em 2013, a partir de sua escrita, começou a identificar na sua prática docente similaridades e conectividades. Embora tanto as experiências de Silva quanto as de hooks estejam no âmbito da educação formal, podemos, em certa medida, considerar outros espaços de formação que podem se beneficiar com essas experiências. Para tanto, neste contexto de possibilidades e novos processos pedagógicos e metodológicos vejamos o entendimento de Libâneo sobre a pedagogia no cenário contemporâneo:

O campo do educativo é bastante vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades: na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola. De modo que não podemos reduzir a educação ao ensino e nem a Pedagogia aos métodos de ensino. Por conseqüência, se há uma diversidade de práticas educativas, há também várias pedagogias: a pedagogia familiar, a pedagogia sindical, a pedagogia dos meios de comunicação etc., além, é claro, da pedagogia escolar. (Libâneo, 2001, p.6).

Olhando a prática pedagógica descrita por Silva durante a referida aula temos a seguinte definição: “A Pedagogia Afroafetiva, que eu estou nomeando, que eu acredito, é uma pedagogia que eu teorizo, a partir da minha prática, eu teorizo a partir da minha vivência, eu teorizo a partir da minha escrevivência” (Silva, 2021). Neste sentido, a autora nos apresenta seu caminho metodológico através de um tema guarda-chuva que está alocado no

“Movimento Confessional” (hooks, 2013). A estrutura montada por Silva pode ser traduzida por meio de três subtemas: 1 - escuta afetiva; 2 - sentar em roda e 3 - ancestralidade.

Cabe neste momento uma breve reflexão sobre o terceiro ponto constituinte da Pedagogia Afroafetiva de Silva, a ancestralidade, pois é perigoso pensar que a ancestralidade diz respeito somente a uma árvore genealógica de um determinado grupo de indivíduos. Sendo assim, a luz de Martins podemos pensar que a ancestralidade para muitos grupos pode ser entendida como um “conceito fundador, espargido e imbuído em todas as práticas sociais, exprimindo uma expressão do sujeito e do cosmos, em todos os seus âmbitos, desde as relações familiares mais íntimas até as práticas e expressões sociais” (2022, p.23).

Silva, municiada a partir de hooks, se refere ao Movimento Confessional ou Pedagogia Confessional como uma atitude primeira mediante aos estudantes, e que ao assumir o risco da auto exposição confere caminho para que a sala de aula ou o espaço de aprendizagem seja um local seguro para estudantes.

Para começar, o professor precisa *valorizar* de verdade a presença de cada um. Precisa reconhecer permanentemente que todos influenciam a dinâmica da sala de aula, que todos contribuem, essas contribuições são recursos. Usada de modo construtivo, elas promovem a capacidade de qualquer turma de criar uma comunidade aberta de aprendizado, Muitas vezes antes de o processo começar, é preciso desconstruir um pouco a noção tradicional de que o professor é o único responsável pela dinâmica da sala de aula. (hooks, 2013, p.18).

Os movimentos propostos por Silva (escuta afetiva, sentar em roda e a ancestralidade) ajudam a construir um acordo em prol do aprendizado ou do que hooks chamou de “comunidade aberta de aprendizagem”. Martins, ao descrever o Reinado³² do Rosário em Jatobá dentro da cultura do Congado em Minas Gerais, exemplifica, de forma poética, como esses movimentos são, de certa forma, ancestrais e também “lugar de afetos”. Ao passo que boa parte do legado histórico e cultural dos povos negros no Brasil é fruto de uma memória construída a partir da oralidade.

Em Yataobá, nas terras do Jatobá, tem um reino negro banto, território do sagrado onde reina Umbanda Berê Berê, a Senhora do Rosário, nossa mãe *manganá*, mãe de todos, manto de nossa frágil existência; jardim de ancestralidade, memória, devoção, histórias,

³² “Na estrutural ritual das cerimônias de reinado, a rainha e rei congos representam as nações negras africanas, hierarquicamente presidindo, na ordem do sagrado, os ritos e as celebrações ali performados” “fontes documentais diversas atestam esse elo, já em fins do século XVII” (Martins, 2001, p.39).

cantares, cores, tambores, saberes, sabores e preceitos. Terra de fundamento. Lugar de afetos. (Martins, 2021, p.17).

Estar em roda em posição atenta à escuta exige coletividade e coragem, pois “ nessa ciranda, há lacunas intervalares, há momento de prantear ou de sorrir, mas não há um horizonte último e final” (Martins, 2021, p.66). Retornando à hooks e suas contribuições pedagógicas vemos o que a autora nos diz sobre a importância dos educadores assumirem a pedagogia confessional de maneira corajosa e respeitando a coletividade:

Os professores esperam que os alunos partilhem narrativas confessionais, mas não estão eles mesmos dispostos a partilhar as suas. Exercem o poder de maneira potencialmente coercitiva. Nas minhas aulas não quero que os alunos corram nenhum risco que eu mesma não vou correr, não quero que partilhem nada que eu mesma não partilharia. (hooks, 2013, p. 35).

Embora tenhamos obtido avanços nos debates sobre pedagogias descolonizadoras dentro da educação formal e não formal, boa parte fruto dos efeitos da Lei 10.639/03 alterada pela 11645/08³³ e também pelas políticas de cotas raciais para acesso à universidades públicas, por outro lado sabemos que estamos longe de alcançarmos uma equidade racial, no âmbito da educação, e que há muito a se fazer.

Sendo assim o *Afroafeto* se constitui como um importante elemento de conexão com nossa ancestralidade pois ao mesmo tempo que as relações afroafetivas do presente nos reconectam com o passado, muitas vezes fraturado e que precisa desse elemento para se calcificar ele também nos posiciona no presente e nos possibilita perspectivas positivas de futuro.

Um das críticas recorrente dentro da educação quilombola e na educação indígena, por exemplo, se referem às dificuldades em se garantir o acesso a educação dentro desses territórios (aldeias e quilombos) e também sobre a dificuldade desses grupos de se adaptarem

³³ A lei 10.639/03 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 determinando a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana ampliada pela Lei 11.645 de 10 de março de 2008, que insere a História e Cultura Indígenas. Para saber mais ler o parecer CNE 04, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-racial Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?id=12990&option=com_content&view=article .Acesso em: 24 de jan. de 2024.

e de se reconhecerem dentro do currículo escolar na educação formal, que ainda carrega tendências baseadas no eurocentrismo e que deixam em segundo plano as riquezas culturais, bagagem histórica e ancestralidade desses povos.

Na primeira visita ao Parque das Missões - Duque de Caxias, durante a pesquisa de campo, enquanto caminhava pelas ruas da favela com Fabbi Silva, em um determinado ponto, a líder me mostrou, com muito orgulho, uma escola estadual em fase de finalização, e que em breve seria aberta para atender estudantes locais. A escola, segundo a liderança, foi fruto de um processo de mobilização de um grupo de mães, que sofriam com a ausência desse equipamento de educação para atender os anos escolares correspondente aos estudantes desse grupo, ou seja, algumas favelas e periferias também compõem os grupos de territórios que a escola formal estabelece limites e ainda oferta tratamento excludente.

Nilma Lino Gomes através de uma perspectiva antropológica observa como a identidade negra se articula com a cultura e a educação, seja ela formal ou não formal. A autora descreve a identidade racial como um processo amplo e extremamente complexo, dizendo ainda que a identidade negra não é a única possível dentre os grupos que dela fazem parte. Outras possibilidades de identidades sociais podem ser assumidas, como as de gênero e classe, por exemplo. Ainda dentro desta análise antropológica a autora identifica os seres humanos com sujeitos sociais que fazem uso e ao mesmo tempo são agentes da história e da cultura e as utilizam para construir suas identidades sociais (2003, p. 171).

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável quando discutimos, nos processos de formação de professores, sobre a importância da diversidade cultural? Nesse sentido, quando pensamos a articulação entre educação, cultura e identidade negra, falamos de processos densos, movediços e plurais, construídos pelos sujeitos sociais no decorrer da história, nas relações sociais e culturais (Gomes, 2003, p. 171).

É através da educação que a cultura introjeta os sistemas de representações e as lógicas construídas durante a existência de um ser. E é através dela que esse sistema é passado de geração em geração (Gomes, 2003, p.170). Dessa forma, podemos seguramente afirmar que o Afroafeto é um valioso recurso na construção de identidades negras positivas através de uma

educação antirracista, podendo acontecer dentro do ambiente escolar ou fora dele. E as múltiplas práticas Afroafetivas podem ainda ser ensinadas para gerações futuras.

O corpo localiza-se em um terreno social conflitivo, uma vez que é tocado pela esfera da subjetividade. Ao longo da história, o corpo se tornou um emblema étnico e sua manipulação tornou-se uma característica cultural marcante para diferentes povos. Ele é um símbolo explorado nas relações de poder e de dominação para classificar e hierarquizar grupos diferentes. O corpo é uma linguagem e a cultura escolheu algumas de suas partes como principais veículos de comunicação. O cabelo é uma delas [...]. Em todo e qualquer grupo étnico ele é tratado e manipulado, todavia a sua simbologia difere de cultura para cultura. Esse caráter universal e particular do cabelo atesta a sua importância como símbolo identitário. (Gomes, 2003, p.174).

Todo esse conjunto de ideias descrito por Gomes afeta a forma como um sujeito e a depender das circunstâncias, todo um grupo de indivíduos, desenvolve o seu jeito de ser e estar no mundo o que Assante (2016) vai chamar de “cosmovisão”.

Débora Silva quando questionada sobre como ela identifica a presença do racismo no dia a dia na lida com o público atendido compartilha conosco um episódio que fez a instituição adotar um posicionamento mais incisivo a partir de uma educação antirracista, vejamos:

“Tem uma história aqui de um menino que tem uma família muito disfuncional com muitos problemas. A questão da violência e do uso abusivo de álcool e drogas. Ele é o irmão mais velho, ele tem 11 anos e tem outros três irmãos abaixo dele. Ele fazia uma oficina com a gente de dança de Hip Hop e um belo dia ele tava na dança, ele parou a atividade e disse que estava sentindo muita dor na barriga. Uma criança negra né e tal. E quando eu fui entender porque ele estava sentindo dor na barriga, era a questão da fome. Daí a gente entrou com atendimento à família e eu fui acompanhando esse menino e acompanhando a família né por conta da violência e por causa do uso abusivo de álcool e drogas para tentar apoiar esse menino emocionalmente também. Ai fazendo uma pergunta para ele: se ele pudesse mudar alguma coisa na vida dele (que é uma ferramenta aqui do sócio emocional), se ele tivesse uma varinha mágica, se ele tivesse o poder e pudesse mudar alguma coisa na sua vida, o que você gostaria? E ele disse a seguinte frase para mim que mexeu muito comigo: “ eu queria que o meu colega na escola parasse de me chamar de cabelo duro” . Na minha mente

enquanto coordenadora de criança aqui eu achei que ele fosse pedir para que a família dele tivesse uma vida melhor, tivesse menos violência, mas não! A dor dele era que ele não passasse pelo processo racista dentro da escola, que o coleguinha parasse de chamar ele de “menino do cabelo duro”, “menino preto”, “eles ficam me chamando de preto”, era isso. Então isso marcou demais e após isso em 2019 todas as nossas ações aqui foram direcionadas para uma educação antirracista, para municiar as nossas crianças e jovens nesse processo tão doloroso (Débora Silva).

Fabbi Silva denomina a educação não formal como “educação humana”. E ao fazer isso nos orienta para a importância das práticas educativas, formais ou não formais estarem conectadas e aponta o afeto como “mola transgressora”:

“Eu olho para educação humana sempre com esse lugar do afeto porque a educação humana ela só consegue fazer sentido, ao meu ver, quando ela entra na estrada com a educação escolar formal né, porque a escola é esse lugar que a educação formal é moldada para ser, e que muitas vezes infelizmente, a escola segue sendo também, né aquele espaço de reprodução de violência, quando ela não se projeta para ser espaço de uma educação antirracista. Quando a gente olha para um aluno que se joga na dança, na capoeira, na literatura e que vê ali enquanto um lugar de possibilidade de mudança da sua realidade, isso é revolucionário, cara. É aquela pegada que bell hooks fala no livro “Ensinando a Transgredir”, né .Porque o afeto ele é mola transgressora, é isso o afeto é mola transgressora. Porque se a gente olhar para a realidade de crianças e jovens como são as nossas dentro das periferias o que mais falta para ela é afeto” (Fabbi Silva).

Olhando para as mais diversas violências que pessoas pretas sofrem cotidianamente não podemos deixar de dizer que a fome, produto da pobreza, é a mais perversa delas. A Agenda 2030 da ONU ao elaborar os seus dezessete ODS estabelece que “a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015). A criança citada por Débora Silva no relato anterior que parou sua atividade porque sentiu um mal estar causado pela fome infelizmente não é um caso isolado. Muitas crianças e adolescentes e até mesmo pessoas adultas não conseguem permanecer em atividades educacionais que não são oferecidos lanches. Por isso, as três lideranças observam esse

questo com o máximo de atenção quando vão elaborar suas atividades. Sendo assim, o combate à fome é um dos pontos de conexão entre nós.

Com base nos relatos obtidos durante a pesquisa de campo posso concluir que o *Afroafeto* se configura como o “afeto de pessoas pretas para pessoas pretas”, um gesto consciente e que entende o peso de se possuir um corpo negro na sociedade em que vivemos. E que sobretudo enxergam também que os nossos corpos são passíveis de afeto. Sendo assim, essa ferramenta sempre foi utilizada como uma tecnologia social e ancestral com o intuito de nos assegurar caminhos de sobrevivência. Geralmente é utilizada por pessoas que reconhecem as fragilidades do sistema social vigente e que buscam criar estratégias de superação para as opressões impostas. O *Afroafeto* também nos garante o direito de reivindicar nossas fragilidades e a necessidade de cuidado. Pessoas negras também precisam de colo. Por tanto, o *Afroafeto* tem o poder de nos educar e de nos humanizar.

Em ambas atividades lideradas por Gisele Castro, Débora Silva e Fabbi Silva, temos o *Afroafeto* como elemento estruturante desenvolvido por meio da Pedagogia Afroafetiva. E isso ficou evidenciado a partir dos relatos compartilhados dos trabalhos no Golfinhos Educação (capítulo 1), no Sou Empreendedora, Sou Mulher e na Roda de Mulheres e tantas outras atividades realizadas por essas lideranças. As múltiplas tecnologias sociais e ancestrais descritas neste capítulo tais como: as estratégias de combate à fome, desenvolvimento de uma educação antirracista, os monitoramento e mapeamento das famílias, inclusão socioproductiva, suporte de assistência social, emocional e jurídica, além de palestras e encontros formativos de combate ao racismo e a violência de gênero e até mesmo o Mapa da Empatia são algumas das ferramentas utilizadas pelas lideranças e que podem ser inseridas em espaços de educação independente do seu formato.

Adotar uma metodologia educativa que leve em consideração as interseccionalidades de raça, classe social, gênero e território se constitui como elementos fundantes do que Fabbi Silva configura como “Educação Humana”.

O resgate da história, memória e ancestralidade ajudam a reconstruir a identidade do povo negro e esse resgate favorece o fortalecimento da autoestima. Cabe ressaltar que um dos princípios filosóficos que estruturam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-racial (Brasil, 2004) é o “fortalecimento de identidades e direitos”, que orienta ações pedagógicas reflexivas sobre o conhecimento histórico das populações negras. No entanto, vale dizer que quando olhamos para o passado e buscamos esse resgate, inevitavelmente

iremos esbarrar em ausências de direitos e de justiça racial. Como fruto dessas ausências temos o racismo institucionalizado e uma política de morte, que a séculos elegem os corpos negros como corpos que não merecem viver.

Apresentar o *Afroafeto* como uma tecnologia social e ancestral capaz de fazer frente a tudo isso se constitui como um jeito de ensinar que tem por finalidade fazer com que pessoas pretas resgatem sua humanidade por meio de uma matriz de conhecimento pautada em sua ancestralidade. Sendo assim o *Afroafeto* é uma palavra que pertence a um ‘dialeto’ de domínio negro. É algo que somente pessoas pretas podem compreender com totalidade o seu real e profundo significado.

Não surpreende que, quando os alunos do meu curso de Escritores Negras começam a usar uma língua e uma fala diferente, os alunos brancos frequentemente reclamam. Isso ocorre particularmente quando se usa o vernáculo negro. Ele perturba os alunos brancos sobretudo porque estes podem ouvir as palavras, mas não compreendem seu significado. [...] Esse espaço proporciona não somente a oportunidade de ouvir sem “dominar” sem ter a propriedade da fala nem tomar posse dela pela interpretação mas também a experiência de ouvir palavras não inglesas, essas lições parecem particularmente cruciais numa sociedade multicultural onde ainda vigora a supremacia branca (hooks, 2013, p.229; 230).

Finalizo este capítulo com a felicidade em saber que não caminho sozinha com minhas *Ações Afroafetivas*. Sigo feliz em saber que o legado de bell hooks, Leda Maria Martins, Nilma Lino Gomes, Elizabeth Hordge-Freeman, Carla Akotirene, Fabbi Silva, Débora Silva, Lélia Gonzalez, Rosangela Malachias, Francy Silva e das nossas pretas mais velhas, acadêmicas ou não, letradas ou não me ajudaram a atribuir significado ao *Afroafeto* e o localizá-lo no vernáculo negro contemporâneo.

CAPÍTULO 3

AGENDA 2030 DA ONU SOBRE UMA PERSPECTIVA LOCAL: CONTRIBUIÇÕES DE LIDERANÇAS NEGRAS FEMININAS.

O presente capítulo tem por objetivo problematizar os resultados das etapas anteriores desta escrita tendo como ponto de partida a Agenda 2030 da ONU. Nesse sentido, faz-se necessário a inserção de dados sociais (abordagem metodológica quantitativa) produzidos pela interação entre a sociedade civil organizada e as demandas populares dos cenários contidos na Bxd e as implicações resultantes dos movimentos que partem do local para o global, adicionando suas pautas aos objetivos internacionais que se movem para a redução das desigualdades. Dentre os objetivos que este capítulo apresenta, o que se posiciona na centralidade das discussões é o papel fundamental das lideranças negras femininas na produção de dados e tecnologias sociais e ancestrais, tendo como mola propulsora a educação não formal e o Afroafeto, movimentos que contribuem, significativamente, para com o cumprimento das metas da Agenda 2030 da ONU.

Para um melhor entendimento e sistematização das ideias, este capítulo será dividido da seguinte forma: 1 - apresentação inicial da Agenda 2030 da ONU, breve histórico e sua interlocução com movimentos anteriores da instituição; 2 - inserção de dados quantitativos produzidos por uma geração cidadã de dados; 3 - atuação em rede, criação de cinco Agendas Locais (inspiradas na Agenda da ONU) e 4 - relatos de experiências das Agendas Locais de Queimados, de Belford Roxo (ainda em desenvolvimento) e Duque de Caxias.

Sobre a Agenda 2030 da ONU podemos dizer que se trata de um documento global, criado na Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em setembro de 2015 com respaldo e aprovação de 193 países. A Agenda se configura como “um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade”. Também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade” (ONU, 2015). O documento prevê dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que possuem temas diversos.



Figura 11: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU - Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>

O documento conta com 169 metas, que estão distribuídas dentro dos dezessete ODS. A Agenda Global da ONU se traduz como um esforço coletivo que durante muitos anos vem sendo desenvolvido nas cúpulas e conferências promovidas ao longo da existência desta instituição. Vejamos alguns documentos que a Agenda reafirma compromisso:

Reafirmamos os resultados de todas as grandes conferências e cúpulas das Nações Unidas que estabeleceram uma base sólida para o desenvolvimento sustentável e ajudaram a moldar a nova Agenda. Incluem-se a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável; a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social; o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, a Plataforma de Ação de Pequim; e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (“Rio+20”). Reafirmamos também o seguimento dessas conferências, incluindo os resultados da Quarta Conferência das Nações Unidas sobre os Países de Menor Desenvolvimento Relativo, da Terceira Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento; da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Países em Desenvolvimento Sem Litoral; e da Terceira Conferência Mundial da ONU sobre a Redução do Risco de Desastres. (ONU, 2015).

Por outro lado, precisamos refletir sobre o tempo cada vez mais exíguo que os países e governos possuem para cumprir as metas estabelecidas pelo documento. Desde a criação da

Agenda, oito anos já se passaram, restando apenas sete para o prazo final e ainda estamos longe de resolver a questão da fome e as desigualdades de gênero, por exemplo. De lá pra cá, as conferências globais promovidas pela ONU têm sido marcadas por cenários ambientais catastróficos e promessas de liberação de recursos financeiros, por parte dos países ricos, que pouco se efetivam.

Por outro lado, temos algumas lideranças locais, que são impactadas diretamente com a falta de estruturas e condições dignas de existência em seus territórios e por isso entendem e se relacionam com as emergências estruturais de outras formas. Suas atividades locais, demarcadas por suas posicionalidades, se acoplam às demandas globais. Seus influxos territoriais, em alguns casos, produzem mais efeitos do que as ações coordenadas por governos e estados. Como no caso das toneladas de alimentos distribuídas por lideranças durante a Pandemia do Covid-19 no Brasil. Enquanto governos, dentro de suas burocracias e sistemas obsoletos, buscavam entender como fazer, as lideranças já estavam a léguas de distância socorrendo os que mais precisavam e não podiam esperar.

Ainda olhando para os resultados das atividades descritas no capítulo anterior sobre as realidades de Gisele Castro, Débora Silva e Fabbi Silva e de suas iniciativas, se faz importante olharmos para as interseccionalidades descritas por Carla Akotirene (2018), que problematiza não somente os eixos centrais, de gênero, raça e classe social, mas acrescenta à discussão o eixo “território”, que de certa forma espelha as realidades de muitas outras mulheres dos cenários estudados. Também foi possível analisar, ainda mais, as estratégias utilizadas por essas mulheres e compreender como essas realidades se conectam a partir de uma perspectiva que parte do local para o global tendo como direcionamento algumas metas dos ODSs: 1 - Erradicação da Pobreza; 4 - Educação de Qualidade; 5 - Equidade de Gênero e 10 - Redução das Desigualdades da Agenda 2030 da ONU.

Objetivamente Akotirene nos elucida a respeito do termo Interseccionalidade e o localiza como elemento constituinte na quebra da tentativa de reducionismos das lutas identitárias.

O termo demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra [...]. Conforme dissemos, é o padrão colonial moderno o responsável pela promoção dos racismos e sexismos institucionais contra identidades produzidas durante a interação das estruturas [...] a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade [...]. Através desta articulação de raça, gênero, classe e território, em que os fracassos das políticas públicas são revertidos em

fracassos individuais, ausências paternas na trajetória dos adolescentes e jovens são inevitavelmente sentenças raciais de mortes deflagradas pela suposta guerra às drogas. (Akotirene, 2018, p. 36).

Hodge-Freeman refletindo sobre as interseccionalidades presentes nos segmentos de gênero e raça observa que as mulheres negras, e sobretudo as que são mães, sofrem muito mais com os efeitos práticos das desigualdades. Sendo assim a autora expõe que:

Para ilustrar como a interseccionalidade de gênero e raça afeta a vida das pessoas, foco principalmente nas maneiras como as barganhas raciais afetam diferentemente as mulheres e os homens. Dada as suas posições de vulnerabilidade na “matriz de dominação”, enfatizo fortemente o papel das mulheres e mães afro-brasileiras neste processo, pois elas sofrem mais pressão para administrar as apresentações raciais e de gênero de si mesmas e dos outros e são mais duramente cobradas pelo policiamento dessas apresentações. (Hodge-Freeman, 2020, p.19 e 20).

As lideranças que fazem parte dessa pesquisa - Gisele Castro, Débora Silva e Fabbi Silva - são filhas de uma frágil estrutura social que se fortifica graças às transgressões de mulheres como as apresentadas por Hodge-Freeman e por esta escrita. Dessa forma, podemos dizer que as práticas desenvolvidas por essas lideranças se coadunam com a ideia de que, se avançamos dentro do processo de acesso a direitos, isso se deu pelo esforço das populações oprimidas e invisibilizadas. E não pelo esforço das elites que não querem abrir mão de seus privilégios, sejam eles físicos/materiais ou ainda subjetivos e pertencentes ao mundo das ideias.

Os territórios de Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias, assim como outras periferias e favelas do Estado do Rio de Janeiro estão interseccionadas por um conjunto de problemáticas sociais graves que se constituíram ao longo de muitos anos, fato que contribui diretamente para a manutenção de ciclos de pobreza e miséria que atravessam gerações e que são responsáveis pelas fraturas causadas no processo de (re)conhecimento das identidades políticas negras. As interseccionalidades de raça, classe social, território acrescidas às desigualdades de gênero também é algo relatado por Débora Silva e Fabbi Silva. Aprofundando as conversas que tivemos com essas lideranças podemos ter uma pequena ideia do que é ser mulher negra moradora da Bxd.

“Em setembro perdemos duas mulheres vítimas de feminicídio, ambas grávidas, deixando duas crianças cada uma. Final de semana retrasada eu paro na Deam³⁴ porque havia um cara querendo entrar aqui, querendo matar a esposa, bater nela. Ela conseguiu fugir; conseguiu se soltar e entrou aqui correndo e chorando. E ele ficou do lado de fora ameaçando dizendo que ela iria sair e ele iria pegá-la. E todo mundo viu isso e a polícia chega aqui com mais de uma hora depois. [...] quando você fala de mulher preta, a coisa piora porque essa mulher aqui é uma mulher negra, ela ficou 15 minutos esperando um inspetor com dois policiais, quando ele foi atendê-la ele fez pouco caso e a frase dele foi: Óh, foge dele, porque isso ainda vai para o fórum, a medida protetiva. E aí depois do fórum que a gente vai ver o que vai ser; então agora nesse momento foge dele” (Débora Silva).

“A maioria das mulheres da ‘Roda’ já sofreram violência, né. Ou violência obstétrica, ou violência doméstica, ou a violência do próprio racismo. Semana retrasada a gente teve relatos de cárcere privado de uma empregada doméstica que é da (ONG) Apadrinhe. Ela contou que há 3 anos ela ficou em cárcere privado dentro de uma casa de família, que não queria deixar ela ir embora, nem entregar os documentos e as coisas dela. E isso em um bairro nobre... Então, quando eu olho isso. Não aconteceria, sabe, se não fosse um perfil majoritariamente formado por mulheres negras. [...] Na “Roda” a gente não tem uma mulher branca toda são mulheres negras, e a gente tá falando de 64. Todas com uma história de muito sofrimento, de muita dor, não tem uma que chega e fala: ‘minha vida foi maravilhosa, mar de flores’. Não, é só história pesada, é violência atrás de violência” (Fabbi Silva).

Débora Silva traça algumas diferenças entre mulheres em contexto de favelas e periferias da Bxd e as que moram na capital, mesmo as que estão em favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro. Nesta oportunidade, ela também apresenta uma de suas tecnologias sociais, o programa “Sou Empreendedora, Sou Mulher”. Segundo ela, as interseccionalidades territoriais da Bxd são ainda mais complexas. Vejamos:

O “Sou Empreendedora, Sou Mulher” é um resgate da mulher. É o que é ser mulher em Belford Roxo e na Baixada Fluminense, que é um rolê totalmente diferente do que é ser mulher na capital e até nas favelas do Rio de Janeiro, porque os atravessamentos são

³⁴ Deam é uma abreviação para o termo “Delegacia Especializada de Atendimento à Mulheres”.

diferentes. Você para obter informação, conhecimento e oportunidade, você precisa pagar uma passagem extremamente cara [...], tudo isso vai potencializando a desigualdade de gênero sim, porque se você não consegue ter acesso a um teatro, a sair disso aqui, você continua refém de um processo machista e patriarcal [...]. Então, a gente tem uma metodologia que é um mergulho no que é ser mulher. Depois a gente vai empreender, elas chegam aqui querendo botar a mão na massa, fazer pão, não não não! Primeiro nós vamos nos conhecer, primeiro vamos fazer um mergulho no que é ser mulher. Não tô falando de ser mãe, não. Não estou falando de ser esposa, não tô falando em ser empregada ou trabalhadora. Mas o que é ser mulher? O que é ser mulher na Baixada? O que é ser mulher em Belford Roxo? Esse é o resgate que a gente faz com ela, e a mulher sai daqui outra, vira a chave na cabecinha dela. Então, a desigualdade de gênero, ela existe, ela é real e ela é aprofundada por inúmeras ações do estado que são ineficientes principalmente se tratando de Baixada e principalmente se tratando da periferia da periferia, que é Belford Roxo (Débora Silva).

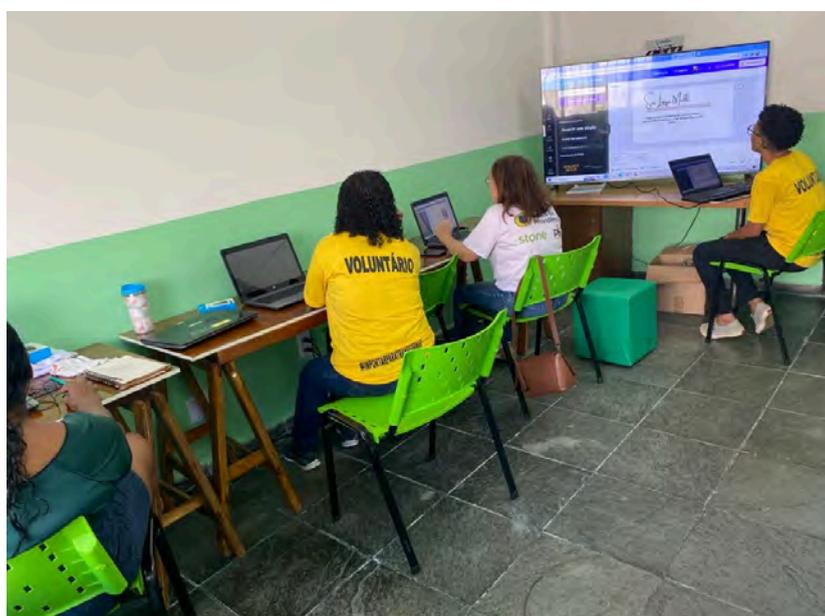


Figura 12: Projeto Sou Empreendedora, Sou Mulher. Aula de educação digital (Sede da Sim Eu Sou do Meio). Fonte: acervo próprio.

Infelizmente a realidade das mulheres mães das/os estudantes do Projeto Golfinhos Educação não é muito diferente. Recentemente recebemos uma adolescente de 12 anos, que

presenciou junto com a irmã o assassinato de sua mãe, cujo o pai foi o autor do feminicídio. Como também atendemos crianças dos dois abrigos municipais. São muitos os casos de violência doméstica contra o gênero feminino, essas violências estão presentes em todas as etapas da vida dessas mulheres e podem apresentar múltiplas tipologias (violência patrimonial, física, sexual, psicológica e moral).

Como estratégia, no projeto Golfinhos Educação, adotamos uma postura de não divulgar encontros que trabalhem o combate à violência de gênero, nem tão pouco temas correlatos. Por isso, quando fazemos encontros para tratar desses temas usamos um título diferente para a chamada. Isso protege a mulher em caso de invasões indevidas de seus aparelhos telefônicos. Como informamos anteriormente, as violências domésticas podem apresentar diversos tipos, sendo a patrimonial uma delas.

Apesar do Projeto Golfinhos Educação ser destinado a crianças e adolescentes, suas responsáveis participam de encontros bimestrais, o que nos possibilita ter um contato mais direto com elas e favorece a inserção de estratégias de quebra dos ciclos de violência. Uma outra estratégia importante que utilizamos é a participação, como representantes da sociedade civil, no Conselho Municipal da Mulher e no Conselho de Promoção da Igualdade Racial de Queimados. Isso tem nos possibilitado contato com uma rede de proteção, tanto estadual quanto municipal, o que nos faz ter acesso às tecnologias de combate às violências domésticas.

3.1 OUTROS CAMINHOS METODOLÓGICOS: UMA GERAÇÃO CIDADÃ DE DADOS.

A construção de um caminho metodológico que se consolida ao passo que se caminha é uma experiência desafiadora. Embora essa pesquisa priorize uma abordagem qualitativa, precisamos neste momento trazer à tona a objetividade prática de dados que demonstram as fragilidades sociais contidas nos territórios que nos propomos estudar nesta escrita. Mesmo se tratando de números objetivos, observa-se que a procura por esses dados nos apontam uma preocupação da sociedade civil organizada e também embasada nas práticas desenvolvidas pelas lideranças de Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias e de tantas outras que buscam caminhos para a construção de territórios mais saudáveis e sustentáveis. Preocupação que ficou ainda mais latente, após o caos vivido durante a pandemia do Covid-19.

Se as desigualdades sociais são uma realidade, lideranças comunitárias, desde muito tempo vem buscando combatê-las. No entanto, há de se considerar que essa luta não tem sido justa, nem tão pouco equânime.

A ONG Casa Fluminense, uma instituição que desempenha um papel importantíssimo na busca por melhores condições de vida para moradores da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMJR), lançou, após articulações com diversas lideranças (incluindo o Instituto Golfinhos da Baixada, a ONG Sim! Eu Sou do Meio e a ONG Apadrinhe um Sorriso), o Mapa da Desigualdade 2020 (terceira edição) no ano de 2020, o documento analisou os 22 municípios que compreendem a RMRJ e os dados que evidenciam as desigualdades entre eles. O objetivo central do documento foi o de:

Influenciar o debate público, potencializar e mobilizar lideranças sociais através de um amplo diagnóstico que defende um Rio metropolitano mais justo e democrático A publicação se apresenta como uma ferramenta para enfrentar nossos desafios estruturais e ameaças emergenciais para melhor planejar o futuro das nossas metrópoles (Mapa da Desigualdade 2020, 2020, p.3).

Em 2023 o Mapa da Desigualdade ganha mais uma nova atualização, que cuidou de aprimorar ferramentas de buscas de dados e metodologias. Uma das mudanças importantes que o documento ganhou foi a divisão dos eixos temáticos levando em consideração os temas: Justiça Racial; Justiça de Gênero; Justiça Econômica e Justiça Climática. Outra ferramenta importante difundida por essa instituição é a utilização da Lei 12.527/11³⁵, que garante, de acordo com as diretrizes estabelecidas, o direito e o acesso à informações sobre recursos e gestões públicas, o que facilita o monitoramento e acompanhamento das ações desenvolvidas pelas instâncias legislativas, judiciárias e executivas de estados, municípios e União. Mais adiante apresentaremos alguns dados deste documento com recorte para Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias.

Antes de adentrarmos no debate sobre os entrelaçamentos desses dados é importante realizarmos uma breve reflexão sobre o conceito de raça/etnia para melhorar o entendimento da abordagem da ONG Casa Fluminense a partir do eixo “Justica Racial”. Embora tenhamos

³⁵ A Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011 regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em 03 de jan. de 2024.

iniciado um debate acerca deste tema, no capítulo anterior, a partir de Hodge-Freeman, cabe acrescentar o que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004) entendem sobre esse tema:

Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. (Brasil, 2004, p.13).

Já para o conceito de “etnia” Kabenguele Munanga define como “um conjunto de indivíduos que possuem em comum um ancestral, um território geográfico, uma língua, uma história, uma religião e uma cultura” (Munanga, 2010, p. 5).

O Mapa da Desigualdade 2023 nos revela dados preocupantes sobre os municípios de Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias e com base nisso, nos possibilita elaborar diagnósticos que evidenciam nossas fragilidades sociais, apontam caminhos para resolvê-las. Como recorte inicial, faz-se importante olharmos para a composição de gênero e étnico-racial da população desses territórios, ou seja, mais da metade - 52% à 54% - são mulheres. Em relação ao total da população, a média de pessoas negras varia entre 50% a 66% ou mais.

A partir da análise acima, também é importante dizer que existem diferenças na expectativa de vida dentro do recorte racial. Em 2020 o mapa aponta que em Queimados a expectativa de vida geral era de 58 anos, Belford Roxo 60 anos e Duque de Caxias 61 anos. Em 2023 o mapa aponta diferença de idade média ao morrer entre brancos e negros, dessa forma pessoas negras vivem menos 7 anos em Queimados, 8 anos em Belford Roxo e 7 anos em Duque de Caxias em relação as pessoas brancas. Por outro lado, o município de Niterói apresenta uma média de expectativa de vida de 70 anos (2020) e pessoas negras vivem menos 12 anos em relação às brancas.

Segundo o documento dos 22 municípios da RMRJ, 21 possuem diferença salarial entre pessoas brancas e negras, onde brancos ganham mais. A diferença de remuneração salarial média, em 2023, é maior nos municípios de Japeri e Rio de Janeiro onde pessoas brancas ganham entre R\$1.000 e R\$2.000 a mais, respectivamente. Em Queimados a diferença salarial entre brancos e negros é de R\$ 281,00, Belford Roxo R\$ 403,00 e Duque de Caxias R\$ 861,00.

Outro dado importante diz respeito ao abandono escolar, Queimados apresenta taxa de 4%, Belford Roxo 7,3% e Duque de Caxias 7,8%. Ainda sobre educação, a taxa de pessoas

negras inscritas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2022, que declaram não possuir internet em suas residências foi de 75% em Queimados, 71,5% em Belford e 73% em Duque de Caxias. Também é importante dizer que no Mapa da Desigualdade 2020, o acesso à internet banda larga nesses municípios já evidenciam discrepâncias. Sendo assim a média de famílias que possuíam internet de qualidade neste período em Queimados era de 27,6%, Belford Roxo 24,2% e Duque de Caxias 41,8%.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)³⁶, a baixa escolaridade das mães pode interferir diretamente no nível de alfabetismo dos filhos e na menor probabilidade de exercer trabalho remunerado. Além de comprometer o desenvolvimento de habilidades para o manuseio de tecnologias. O estudo acrescenta ainda que “na faixa etária entre 25 e 64 anos cujas mães não tiveram nenhuma escolaridade, quase metade não tem trabalho remunerado. Na outra ponta, 78,8% daqueles cujas mães têm ensino superior completo ou incompleto estão trabalhando” (2022). Ou seja, os ciclos de pobreza estão diretamente ligados à baixa escolaridade. E esse fenômeno pode atravessar gerações produzindo impactos negativos de diversos tipos.

No que se refere ao saneamento básico e saúde, o Mapa da Desigualdade revela dados preocupantes em relação às pessoas negras. Considerando o ano de 2023 a taxa de recolhimento de esgoto de Queimados foi de 18%, Belford Roxo 0,3% e Duque de Caxias 1,6%. Por outro lado, a taxa de pessoas negras internadas com doenças de veiculação hídrica em Queimados foi de 25%, Belford Roxo 98% e Duque de Caxias 31,02%. Fato que corrobora com a ideia de que quanto menos tivermos acesso a um saneamento básico eficiente, mais suscetíveis a problemas de saúde teremos, e que a população negra, dentro deste cenário é a mais afetada.

Existem diferenças populacionais entre os municípios de Queimados (população de 140.523), Belford Roxo (população de 483,087) e Duque de Caxias (população de 808.161) (IBGE, 2023). No entanto, algumas problemáticas sociais se apresentam como desafios comuns como no caso da expectativa de vida, as questões raciais, educacionais e de saúde. Ainda em diálogo com Fabbi Silva ela expôs um cenário familiar onde a expectativa de vida é uma questão grave, em suas explanações ela relaciona a baixa idade ao morrer com questões raciais e de gênero. Vejamos:

³⁶ Escolaridade da mãe impacta no nível de alfabetismo e emprego dos filhos. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2318-escolaridade-da-mae-impacta-no-nivel-de-alfabetismo-e-emprego-dos-filhos?highlight=WyJhc3Npc3RcdTAwZWFuY2lhIiwic29jaWFsIiwic29jaWFsJyIsImFzc2lzdFxiMDEyY29jaWEgc29jaWFsII0=>. Acesso em 18 de jan. de 2024.

“A gente vai minimizando o impacto disso na vida dessas pessoas. E não olhando que esse impacto acarreta várias questões de saúde, né. A gente tem um número muito grande de mulheres hipertensas, mulheres diabéticas. Eu sou uma que tô hipertensa, tô diabética. Tenho 42 anos e aí fico pensando, né que o nosso perfil é majoritariamente adoecido [...]. Eu fico pensando que a minha família não passou dos 60 anos [...]. Eu tenho 20 anos pela frente [...]. E 20 anos não é nada. Eu tenho total noção que as mulheres da minha família não passaram de 60, chegaram a 65 no máximo. E isso é muito ruim [...]. Nenhuma das mulheres da minha família se aposentaram, não curtiram a aposentadoria, nem minha avó, nem minhas tias, nem minha mãe. O quão ruim é isso [...], olhando para isso eu vejo o impacto do racismo e da questão de gênero na vida dessas mulheres. Pensando o machismo e o patriarcado” (Fabbi Silva).

As questões que envolvem a ausência de moradias dignas para as mulheres pode ser considerado um dos principais motivos de adoecimento e morte precoce, tendo em vista que em contexto de favelas e periferias as mulheres negras somam um quantitativo expressivo de chefes de seus lares e por isso assumem toda ou parcial responsabilidades por eles, e em alguns segmentos familiares temos as famílias estendidas (Hordge-Freeman, 2020), que se configuram como as redes de apoio para essas mulheres, dividindo o fardo pesado de maternidades solo. Essa percepção se ampliou por meio do contato com as mulheres do Parque das Missões - Duque de Caxias - em uma roda de conversa que pude acompanhar. O encontro teve seu tema voltado para o “sonho” e “perspectivas de futuro”, a maioria relatou a questão da moradia digna como um objetivo de vida.

“A casa é um lugar sagrado e se relaciona diretamente com nossa saúde física, mental e psicológica. Se faltar banheiro, água, circulação de ar, iluminação adequada ou existir umidade em excesso, o bem-estar não está presente” (Silveira, 2023, p.1). Essa citação dialoga profundamente com as características relatadas pelas mulheres da Roda sobre suas residências. O cenário das condições de moradia das mulheres do Parque das Missões foi um dos elementos mais sensíveis da pesquisa de campo e que evidenciou a importância das ações desenvolvidas pela ONG Apadrinhe um Sorriso.

TABELA 1 - RESUMO DOS DADOS APRESENTADOS SOBRE QUEIMADOS, BELFORD ROXO E DUQUE DE CAXIAS - MAPA DA DESIGUALDADE 2020 E 2023.	
Percentual populacional de mulheres nos três municípios.	52% a 54% (média dos 3 municípios)
Percentual populacional de pessoas negras nos três municípios.	50% a 66% ou mais (média dos 3 municípios)
Média de expectativa de vida em Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias (2020).	58 anos, 60 anos e 61 anos
Diferença de idade ao morrer (negros e brancos) em Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias (2023).	7 anos, 8 anos e 7 anos
Diferenças salarial entre brancos e negros em Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias (2023).	R\$281,00, R\$403,00 e R\$861,00.
Taxa de abandono escolar em Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias (2023).	4%, 7,3% e 7,8%.
Pessoas negras inscritas ENEM em 2022, que declaram não possuir internet em suas residências (2023). Realidade de Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias	75%, 71,5% e 73%
Média de famílias que possuíam internet de qualidade em Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias (2020).	27,6%, 24,2% e 41,8%.
Taxa de recolhimento de esgoto de Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias	18%, 0,3% e 1,6%
Pessoas negras internadas com doenças de veiculação hídrica em Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias.	25%, 98% e 31,02%.

3.2 ATUAÇÃO EM REDES: REALIDADES LOCAIS EM DIÁLOGO COM PAUTAS GLOBAIS.

Em 2020 um passo importante foi dado por meio de lideranças dos territórios de Japeri, Queimados, Complexo de Favelas da Maré, Santa Cruz e São Gonçalo. Essas cinco localidades, que fazem parte da RMRJ, lançaram em 24 de outubro de 2020 as cinco primeiras Agendas Locais. Documento que dialoga com a Agenda 2030 da ONU e com a Agenda Rio da ONG Casa Fluminense. Foi uma ação inédita e bastante desafiadora, e que posteriormente gerou um movimento em toda a RMJR, que resultou em apresentações e compartilhamentos das tecnologias sociais e metodologias utilizadas por cada grupo na produção dos documentos, o que desencadeou no surgimento de novas Agendas Locais.

Embora tenhamos interseccionalidade de gênero, classe, raça e território que se apresentam de forma semelhante em alguns desses lugares, cada Agenda Local é única e dialoga com o que é mais importante para o território a partir dos grupos que as assinam. Como no caso da Agenda da Maré que tem seu ponto focal voltado para o saneamento básico, por possuir problemas graves sobre esse tema por causa da poluição da Baía de Guanabara ou a Agenda de Japeri, que tem a questão da mobilidade urbana como um de seus eixos centrais (Japeri tem uma das passagens mais caras do estado) ou ainda a Agenda de Santa Cruz, que centralizou suas ações nos temas emprego, renda e economia (a fim de estabelecer diálogos com o distrito industrial da região).

As cinco primeiras Agendas Locais foram criadas por grupos e coletivos da sociedades civil que, em sua maioria, moram e atuam nessas localidades, sendo assim faremos uma breve apresentação dos principais agentes. A *Agenda Japeri 2030: Japeri mais humana e sustentável* contou com a atuação do Coletivo Mobiliza Japeri, Fórum Popular Permanente de Japeri e do Grupo Código. Já a *Agenda Queimados 2030: plano de desenvolvimento sustentável para a cidade* foi coordenada pelo Instituto Golfinhos da Baixada e criada por meio da participação dos Grupos Pedala Queimados, Ampara e do Coletivo Bxd_Qm2 (atual Visão Coop), Já a *Agenda Maré 2030* foi produzida a partir da Equipe Não Corte, Plante. Por outro lado, o *Plano Santa Cruz 2030* contou com a atuação da Rede Ser Cidadão e da Rede Santa Cruz 2030. Por último temos a *Agenda São Gonçalo 2030* que foi desenvolvida pelo Coletivo Ressuscita São Gonçalo.

A apresentação dos grupos que assinam a autoria das cinco primeiras Agendas Locais é importantes pois ela ratifica a participação da sociedade civil organizada na produção,

análise e sistematização de dados sobre os territórios que ocupamos, ou seja, “não existe falar de nós sem nós” e é o que a ONG Casa Fluminense vai chamar de Geração Cidadã de Dados (GCD). Nesse sentido, também não podemos deixar de dizer que o movimento de criação das Agendas Locais foi encabeçado pela Casa Fluminense, que cuidou de fornecer mentorias ao longo dos processos além de financiamento para as despesas básicas da produção dos documentos.

As cinco primeiras Agendas Locais serviram de inspiração para outras lideranças que vislumbraram, nesse movimento, a possibilidade de pensar em propostas de soluções para as questões que seus lugares apresentam. Em 2023 a Rede Casa Fluminense ajudou a produzir 18 Agendas Locais, que estão distribuídas por toda a RMRJ e para o ano de 2024, mais 04 se preparam para o seu lançamento.

3.3 RELATO DE EXPERIÊNCIA DA CRIAÇÃO DAS AGENDAS LOCAIS DE QUEIMADOS, BELFORD ROXO E DUQUE DE CAXIAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS COMUNIDADES.

Atualmente a Bxd conta com quatro Agendas Locais. Japeri e Queimados encabeçaram o movimento em 2020, em seguida Duque de Caxias (2022) e por último São João de Meriti (2023). A Agenda Local de Belford Roxo que conta com a colaboração da Sim! Eu Sou do Meio está em fase de finalização com previsão de lançamento para 2024.

As experiências relatadas no capítulo anterior nos leva a compreensão de um caminho metodológico utilizados pelas lideranças dividido em três etapas: 1 - reconhecimento de si, autovalorização e fortalecimento de suas potencialidades; 2 - a coletividade, reconexão com a ancestralidade e a identidade negra através de uma educação antirracista e 3 - identificação, apropriação e ocupação do território. Sobre este último ponto é importante dizer que os moradores da Bxd, desde muito cedo, são ensinados a odiá-la. Os motivos são muitos e as problemáticas complexas, no entanto transgredir aos estereótipos (Malachias, Laudino, Balbino, 2020) tem se configurado como uma estratégia de sobrevivência. Esse caminho metodológico posiciona as três lideranças em diálogo com um cenário global de desigualdades, pois segundo o relatório Tempo de Cuidar - Oxfam (2020) os 22 homens mais ricos do mundo detêm a riqueza equivalente a de todas as mulheres que vivem na África. Se tratando da América Latina em 2019, 72 milhões de pessoas estiveram em situação de extrema pobreza e 191 milhões de pessoas em situação de pobreza na América Latina

(Panorama Social da América Latina - CEPAL, 2019), ou seja, em certa medida algumas pautas que defendemos também são comuns à outros países.

A busca por uma sociedade civil atuante e organizada requer estratégias e metodologias. Um passo importante vem sendo cada vez mais comum entre os grupos que compõem a Rede Casa Fluminense, que é a ocupação de conselhos municipais e estaduais. Somente no ano de 2023 o Instituto Golfinhos da Baixada teve assento nos Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial (onde ocupei o cargo de vice-presidenta), Meio Ambiente, Conselho da Mulher, Conselho de Cultura, entre outros. Fabbi Silva esteve como presidenta no Conselho Estadual de Direitos Humanos em 2023, elemento chave para a sua eleição ao cargo de Ouvidora Geral na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a primeira mulher negra a ocupar esta posição. Essas estratégias nos ajudam a fazer com que nossas vozes sejam ouvidas e a incidir politicamente em espaços de poder.

A *Agenda Queimados 2030: plano de desenvolvimento sustentável para a cidade* ou apenas “Agenda Queimados 2030” é descrita por mim, em algumas oportunidades de fala como “uma carta de amor para a cidade”. Essa descrição tem a ver com o jeito como me relaciono com o documento e com a cidade, evidentemente. Mas essa estratégia também tem a ver com a forma com que escolhi olhar para esse território. Não ignoro os cenários desafiadores que possuímos, mas pensar coletivamente em formas de subverter a tudo isso faz com que mais pessoas se sintam parte desse lugar.

Em um gesto de amor e profundo respeito a esse território nasce a Agenda Queimados 2030. No entanto, é preciso adesão ampla às propostas para que haja mudança. Por isso o Golfinhos da Baixada, a Ampara, a Pedala Queimados e a Bxd_Qm2 convidam a população queimadense, toda a sociedade civil, as esferas governamentais e as iniciativas privadas a firmarem um compromisso com esse documento, garantindo o seu cumprimento, aprimoramento e ainda cuidando para que o desenvolvimento sustentável, a superação da violência e o direito à cidade, valores transversais da agenda, alinhados com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU e também com a Agenda Rio da Casa Fluminense sejam um caminho para a construção de uma nova Queimados (Castro, 2020, p. 40; 41).

A Agenda Local de Queimados nasceu no primeiro ano da Pandemia do Covid-19. Todas as organizações envolvidas paralisaram suas atividades fins e focaram nas ajudas humanitárias emergenciais. Em março de 2020, no nosso primeiro encontro, algumas ideias de estruturação do documento começaram a nascer, ao passo que muito do que planejamos teve que ser remodelado e adaptado. Reuniões virtuais ocuparam o lugar das rodas de

conversa presenciais, ferramentas digitais como *Whatsapp* e *Google Drive* foram cada vez mais se incorporando em nossas rotinas de trabalho.

Em 24 de outubro de 2020, quando o documento foi lançado, ainda não tínhamos certeza de quando a Pandemia do Covid-19 iria acabar, mas mesmo assim estávamos felizes pelo trabalho que realizamos coletivamente. Lançar a Agenda em 2020 também foi algo planejado, pois estávamos à beira das eleições municipais e queríamos que as/os candidatas/os assumissem compromisso público com o documento e que as estruturas políticas começassem a se mover.

Mesmo que o prazo geral de 2030 esteja cada vez perto de se finalizar, precisamos refletir sobre o papel dos governos frente aos desafios globais. Se por um lado governos se isentam de suas responsabilidades, lideranças locais buscam alternativas de sobrevivência. “Enquanto o Estado nos destina violência e caminhos de morte, nós revidamos com ideias e caminhos de vida” (LOURENÇO, 2022, p.3). A *Agenda Caxias 2030: democratizar a política e movimentar a cidade*, também citada como Agenda Caxias 2030 foi desenvolvida a partir das articulações dos grupos Movimenta Caxias, da Câmara Popular de Duque de Caxias (CAPOP) e da Casa Fluminense, onde Fabbi Silva atuou representando a instituição como liderança local e articuladora. Em entrevista, ela compartilha um pouco das experiências de criação do documento:

“Caxias é um município extremamente gigante [...] dividido em quatro distritos e a tentativa que se teve para construção da agenda foi aglutinar essas lideranças desses distritos, assim a agenda é lançada em 2022 [...] pensar os territórios com esse olhar muito de transformação com proposta de habitação [...], mas que traz ali a luta dos moradores. Quem construiu as propostas são os moradores que vivenciam a violência do processo de desocupação dos seus espaços e aí essas propostas hoje se tornam algo concreto, se tornam políticas públicas. E os moradores vão ter direito a moradia a partir das propostas que estão na agenda” (Fabbi Silva).

Como dito anteriormente, a Agenda Belford Roxo 2030 encontra-se em fase de produção. Esperamos ansiosamente para que este documento fique pronto. Débora Silva expõe que os muitos atravessamentos que a organização vem passando desde o início da pandemia do Covid-19, resultaram no atraso da entrega do documento. No entanto, o ano de 2023 marcou a retomada dos trabalhos. Os encontros têm acontecido com intervalos de quinze a trinta dias, e tem contado com a participação de grupos e coletivos da região. A líder

informa que os temas “Justiça de Gênero” e “Justiça Racial” serão elementos estruturantes do documento, que está previsto para ser lançado nos primeiros meses de 2024.



Figura 13 e 14: Agenda Queimados 2030. Participação de Gisele Castro no evento Fórum Rio 2023 (Queimados). Fonte: acervo próprio

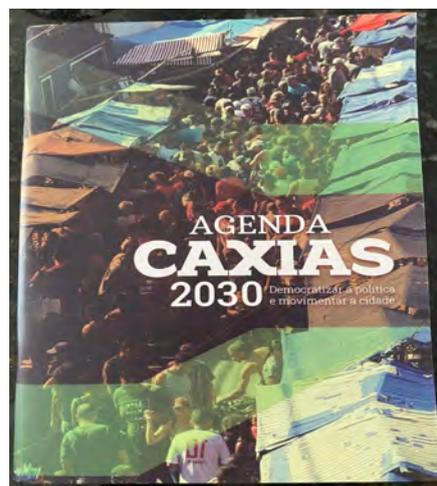


Figura 15 e 16: Início da ONG Apadrinhe um Sorriso. Agenda Caxias 2030. Fonte: Fabbi Silva e acervo próprio.

Olhando para os movimentos propostos pelas Agendas Locais recorremos a Carla Akotirene que nos elucida a respeito do movimento interseccional conceituado por Kimberlé Crenshaw, após a Conferência Mundial de Durban³⁷, que buscou municiar especialistas “em torno dos compromissos estabelecidos pelas Nações Unidas: desestabilizar o padrão de poder moderno e cruzar as diretrizes da Declaração Universal dos Direitos Humanos” (Akotirene, 2019 p.42).

Embora a Agenda 2030 da ONU não tenha um ODS específico para tratar da questão racial e nem tão pouco reafirma compromisso com a conferência de Durban (2001), as Agendas Locais de Queimados e Duque de Caxias, por outro lado, dão uma atenção maior a esse tema. No eixo 1 - Direitos Humanos e Segurança Pública - da Agenda Caxias 2030 têm suas propostas voltadas para se opor a “projetos de segurança que não dialogam previamente com os territórios mais vulneráveis, suas vivências e necessidades evidenciando contextos imagetivamente coloniais que tem o corpo negro e favelado como os alvos a serem abatidos”. (Agenda Caxias 2030, 2022, p.13). Neste mesmo sentido a Agenda Queimados 2030 que em seu texto de abertura já aponta a baixa expectativa de vida da população negra como um dos principais problemas a serem combatidos por meio de um eixo transversal “Superação da Violência” presente em todos os temas do documento, como no caso da meta 3.1 (Eixo Educação) prevê “incluir nos currículos formais de todas as escolas municipais temas relacionados ao combate ao racismo e conhecimento da cultura africana” (Agenda Queimados 2030, 2020, p. 21).

A ONU se coloca como uma instituição global, porém inegavelmente responde às decisões dos países ricos que compõem o seu conselho de segurança, em detrimento das necessidades e desigualdades vivenciadas pelos países pobres. Esta contradição precisa ser questionada, entretanto os esforços diplomáticos para a elaboração de resoluções humanitárias não podem ser descartados. Neste sentido, os movimentos sociais internacionais se apropriam desses documentos para reivindicar o seu cumprimento. Um exemplo recente, foi a participação da organização brasileira de mulheres negras - Geledés, na Cúpula das Nações³⁸ cobrando a transversalidade do Plano de Ação de Durban nos 17 ODS da Agenda 2030 da

³⁷ “A III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas foi realizada em setembro de 2001, em Durban, na África do Sul, e contou com mais de 16 mil participantes de 173 países. A Conferência resultou em uma Declaração e um Plano de Ação que expressam o compromisso dos Estados na luta contra os temas abordados.” Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/150033-declara%C3%A7%C3%A3o-e-plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-de-durban-2001> . Acesso em 12 de dez. de 2023.

³⁸ Declaração Política da Cúpula dos ODS, Nova Iorque, 18 de setembro de 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-09/ONU_DeclaracaoPolitica_CupulaDosODS_20230918.pdf . acesso em 30 de jan. de 2024.

ONU. Esta ação política internacional das mulheres negras brasileiras permitiu a inclusão de um parágrafo na carta final desse encontro.

As Agendas Locais, assim como as atuações em redes apresentadas neste capítulo, por lideranças da Bxd demarcam nosso lugar no mundo e evidenciam a importância daquelas e aqueles que se “importam”. Neste sentido Asante nos chama atenção para o fato de que precisamos problematizar a realidade de mundo em que vivemos a partir de uma cosmovisão que considere outros saberes e outras práticas, considerando que tal atitude pode nos oferecer caminhos para romper com a “escravidão mental” a partir do que Asante denomina como “Afrocentricidade” (Asante, 2016, p.15). Sendo assim, o desenvolvimento de uma educação antirracista presentes nos espaços de educação não formal nos possibilita meios para transcender as realidades que vivemos em nossos cotidianos.

Ainda nesta mesma lógica entende-se que a produção de conhecimento e dados sociais a respeito dos cenários enfrentados pelas mulheres negras de Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias produzidos pela sociedade civil através de grupos e coletivos, fruto desses territórios, nos ajudam a consolidar narrativas, evidenciar problemas e a construir soluções a partir de tecnologias sociais e ancestrais de curto, médio e longo prazo, criadas por essas agentes.

Os cenários expostos promovem uma ressemantização da educação não formal e da informal, evidenciando sua importância para o povo preto no Brasil. Graças a essas duas modalidades educacionais, pessoas negras (em momentos em que a educação formal não esteve presente) tiveram a oportunidade de se desenvolver intelectualmente, enquanto cidadãos e cidadãos autônomos e de direitos. Em última análise refletimos sobre uma fala de Nilma Lino Gomes que diz: “somos sujeitos corpóreos e usamos o nosso corpo como linguagem, como forma de comunicação” (Gomes, 2003, p. 167).

Concluimos este capítulo reafirmando a importância de se construirmos memórias coletivas nos territórios de favelas e periferias a exemplo dos trabalhos de Gisele Castro, Débora Silva e Fabbi Silva. Entendemos que as interseccionalidades que marcam nossos corpos - mulheres, negras, oriundas de classes sociais baixas e nossas posicionalidades territoriais - são elementos de segregação, muitas vezes, no entanto ali também nos encruzilhamos para desenvolver nossas tecnologias sociais e ancestrais.

Ficamos plenos de esperança, mas não cegos diante de todas as nossas dificuldades. Sabíamos que tínhamos várias questões a enfrentar. A maior era a nossa

dificuldade interior de acreditar novamente no valor da vida... Mas sempre inventamos a nossa sobrevivência (Evaristo, 2018 p. 124).

Quando pessoas negras reivindicam uma educação antirracista, elas também reivindicam seu direito de ser e estar no mundo. E ao fazer isso, elas apontam caminhos para se construir uma sociedade mais justa e democrática. Os espaços simbólicos e singulares dos quilombos, aldeias, das favelas e periferias com suas geografias inimagináveis são espaços onde a vida acontece.

Que os territórios de Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias sejam lugares bons de se viver para todas as pessoas negras que lá residem e resistem!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos encaminhando para as últimas reflexões sobre essa pesquisa, que ao longo de todo o processo se transformou em um projeto de amor, faz-se necessário observar alguns aspectos dos resultados obtidos. Em primeiro lugar, não podemos deixar de ressaltar a importância da educação não formal em cenários como os de Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias e da ação prática e cotidiana das lideranças Negras femininas como elemento crucial para o desenvolvimento de territórios mais saudáveis e sustentáveis, como prevê a Agenda 2030 da ONU, principalmente no que diz respeito aos ODS 1 - Erradicação da Pobreza, 4 - Educação de Qualidade, 5 - Equidade de Gênero e 10 - Redução das Desigualdades. Onde foi possível conectar as realidades locais, contidas na Bxd, às pautas globais das metas prioritárias para o bem viver.

As práticas pedagógicas apresentadas por Gisele Castro, Débora Silva e Fabbi Silva nos ajudaram a formalizar o Afroafeto como uma tecnologia social e ancestral, capaz de produzir estratégias de sobrevivência, individuais e coletivas, pois como vimos, por meio dos relatos obtidos, o capital afetivo contribui para com o desenvolvimento da fluência racial crítica, o que nos ajuda a fortalecer nossa identidade estabelecendo novos caminhos para compreendermos quem somos e qual o papel que desempenhamos no mundo.

Também evidenciamos que o desenvolvimento de Práticas Educativas Afroafetivas corroboram para a quebra de estigmas raciais, e nos reconectam com nossa ancestralidade, pois, quando não sabemos quem somos, nem de onde viemos, estamos fadados a crer em qualquer ideia errônea que possam produzir sobre nós.

Uma metodologia educativa antirracista não implica somente no produto final das aulas e atividades oferecidas dentro dos mais variados formatos das organizações da sociedade civil. As práticas educativas antirracistas devem permear todos os setores e instâncias da instituição. Devem envolver todas as pessoas que trabalham na organização sejam remuneradas ou voluntárias incidindo nas estruturas físicas e espaços coletivos. Precisam se fazer presente nos formatos de contratação, e seleção do público atendido.

Ainda nesse sentido é importante que haja diálogos entre as demais modalidades de educação (formal e o informal), pois ambas se complementam e podem corroborar para o enriquecimento do capital afetivo, principalmente de indivíduos que compõem grupos em desvantagens econômicas, políticas e sociais.

Olhar os efeitos da colonização e das práticas escravagistas, amplamente difundidas no Brasil no período colonial e seus desdobramentos e aperfeiçoamentos no pós-abolição, facilitam a compreensão sobre a leitura social que é feita, ainda hoje, sobre os corpos pretos e o direito velado ao afeto. A reconexão com a ancestralidade é lida como ameaça na lógica da branquitude, pois ela confere identidade. A ancestralidade também auxilia na quebra de padrões hegemônicos. Ainda sobre essa ótica, haja vista que para entender com profundidade os efeitos práticos causados pela desumanização que corpos negros vivenciam no Brasil, as intersecções de gênero, raça, classe social e território, discutidas durante a pesquisa, foram fundamentais para legitimar a importância das lideranças estudadas, tanto no que se refere ao desenvolvimento de seus territórios, quanto à globalidade das realidades locais, inclusive, em diálogo com agendas internacionais.

A construção de memórias coletivas positivas e a quebra de estereótipos reducionistas sobre a Bxd foi um dos principais propósitos dessa escrita, que por meio da ferramenta metodológica visual Mapa da Empatia, nos possibilitou ampliar os horizontes sobre os três territórios apresentados. Outro elemento de destaque para a escrita foram os dados apresentados sobre as desigualdades (Mapa da Desigualdade 2020 e 2023 - Casa Fluminense) e os movimentos produzidos por uma “geração cidadã de dados” em busca da formulação de diagnósticos e soluções de problemáticas sociais existentes (Agenda Queimados 2030, Agenda Caxias 2030 e Agenda Belford Roxo 2030).

Esta pesquisa também buscou refletir sobre as favelas e periferias urbanas como parte da cidade e não como lugares geradores de problemas e caos. Sabemos perfeitamente que muitos problemas vividos pelas moradoras e moradores desses espaços se interseccionam em certa medida. No entanto, as favelas e periferias urbanas que possuímos em todo o Estado do Rio de Janeiro (e na Bxd) apresentam geografias e características sociais e culturais distintas. Por isso, afirmamos que esses espaços são plurais, e por serem feitos de gente são capazes de produzir tecnologias sociais e ancestrais para as mais diversas questões estruturais que enfrentam.

Dessa forma, pensar o bem viver de maneira integral se configura como: acesso à uma moradia digna; saneamento básico de qualidade; ausência de tragédias climáticas causadas por negligências do Estado; a garantia de segurança alimentar (com comida de verdade na mesa); acesso à práticas esportivas e assistência emocional em todas as etapas da vida; educação de qualidade; acesso à informação e a serviços públicos de saúde; aumento da expectativa de vida; entre outros. O somatório de todos esses itens se configuram como os

elementos que compõem a agenda de prioridades de boa parte das favelas e periferias urbanas do Estado do Rio de Janeiro.

Com isso, esperamos, em um futuro próximo, encontrar outras pesquisadoras dispostas a trabalhar o tema “Afroafeto”, bem como “lideranças negras femininas em contexto de favelas e periferias da Bxd”. A partir das experiências compartilhadas, objetivamos inspirar outras pessoas a escreverem sobre suas vivências como educadoras negras, seja em ambientes formais de educação ou não formais. Também se configura como desejo das personagens entrevistadas neste trabalho, que as autoridades governamentais se aproximem das lideranças comunitárias e desenvolvam políticas públicas e políticas sociais que levem em consideração as experiências e tecnologias sociais produzidas por agentes locais.

Acompanhar de perto as realidades de Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias usando como plataforma o recorte temático aqui estabelecido foi uma experiência emocionante e que despertou o interesse em prosseguir com a pesquisa em outra etapa acadêmica. Comungo da ideia de que tudo o que produzimos neste trabalho não se finaliza aqui. No entanto, é preciso comemorar todos os avanços que tivemos.

Por fim, asseguro que esta pesquisa é uma carta aberta de interesse social, que se encontra e se desafia na coletividade. A memória aqui é identificada como bússola, que nos ajuda a tecer vias que se encontram nas encruzilhadas (ponto nodal). Os influxos territoriais produzidos por Gisele Castro, Débora Silva e Fabbi Silva dinamizam o jogo da coletividade e nos permitem sonhar com um caminho de possibilidades afrocentradas para o futuro da Baixada Fluminense - Bxd.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agenda 2030 da ONU. Disponível em: <https://sdgs.un.org/>. Acesso: 25 de abril de 2022.

Agenda Locais. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/agenda-rio-2030/#agendaslocais>. Acesso em 05 de janeiro de 2023.

Agenda Queimados 2030: plano de desenvolvimento sustentável para a cidade. Organização Golfinhos da Baixada [et al.]. 1ª ed. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade/Carla Akotirene.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALBUQUERQUE, Enderson. **A Cidade Maravilhosa e as Cidades do Abandono – o verso e o reverso das políticas públicas de segurança na região metropolitana do Rio de Janeiro.** Geosul, Florianópolis, v. 36, n. 78, p. 17-38, jan./abr. 2021.
<https://doi.org/10.5007/2177-5230.2021.e73048>

ANISZEWSKI, Ellen; MALACHIAS, Rosangela. **Diálogos Pedagógicos sobre Liderança Feminina Negra: entre o terreiro e a escola.** *Revista Interfaces da Educação*, v. 11, n. 33, p. 112-127. dez. 2020.

ARAÚJO, Rosângela de Oliveira Silva. **A “Escrevivência” De Conceição Evaristo Em Ponciá Vicêncio: encontros e desencontros culturais entre as versões do romance em português e em inglês.** Tese de doutoramento. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes; Programa de Pós-graduação em Letras. João Pessoa-PB, 2012.

ASANTE, M. **Afrocentricidade como Crítica do Paradigma Hegemônico Ocidental: Introdução a uma Ideia**. Tradução: Renato Nogueira, Marcelo J. D. Moraes e Aline Carmo. *Ensaio Filosóficos*, Volume XIV – Dezembro/2016.

BARBIERE, José Carlos; RODRIGUES, Ivete. **A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: *Revista de Administração Pública - RAP*, nov., dez. de 2008.

BEZERRA, Nielson Rosa. **A cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós-Abolição no Recôncavo da Guanabara / Nielson Rosa Bezerra**. Duque de Caxias, RJ : APPH-CLIO, 2012. 260p.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em 30 de janeiro de 2024.

BRASIL, **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em 03 de janeiro de 2024.

CALIMAN, G. **Pedagogia social, relações humanas e educação**. In: MAFRA, J. F.; BATISTA, J.C.F.; BAPTISTA, A.M.H. Educação básica: concepções e práticas. São Paulo: BT Acadêmica. 2015. p. 187-203.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro. Conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

Criticidade. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/criticidade/> . Acesso em: 05 de dezembro de 2023.

Declaração Política da Cúpula dos ODS, Nova Iorque, 18 de setembro de 2023. Disponível em:

https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-09/ONU_DeclaracaoPolitica_CupulaDosODS_20230918.pdf . Acesso em 30 de janeiro de 2024.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana> . Acesso em 30 de janeiro de 2024.

Encruzilhada. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/encruzilhada/>. Acesso em 15 de janeiro de 2023.

Escolaridade da mãe impacta no nível de alfabetismo e emprego dos filhos. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2318-escolaridade-da-mae-impacta-no-nivel-de-alfabetismo-e-emprego-dos-filhos?highlight=WyJhc3Npc3RcdTAwZWFuY2lhIiwic29jaWFsIiwic29jaWFsJywiLCInc29jaWFsIiwic29jaWFsJyIsImFzc2lzdFx1MDBlYW5jaWEgc29jaWFsIl0=>. Acesso em 18 de janeiro. de 2024.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Pallas Mini, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra máscara branca.** Tradução de Renato da Silveira. Bahia: Editora da Universidade da Bahia, 2008.

FAO: qual o seu papel nas Nações Unidas? Disponível em : <https://www.politize.com.br/fao-o-que-e/>. Acesso em 26 de dezembro de 2022.

Fórum Grita Baixada: Baixada Fluminense - Rio de Janeiro - Brasil. Disponível em: <https://forumgritabaixada.org.br/sobrenos>. Acesso em 07 de janeiro de 2023.

Ferramenta: mapa da empatia para empreendedores. Disponível em: http://business.org.br/businessApps/conteudos/10ferramentas/Estrategia/Mapa_de_empatia_para_empreendedores.pdf. Acesso em: 08 de janeiro de 2023.

Fiocruz apresenta resultados do enfrentamento à Covid-19 em favelas do Rio de Janeiro.

Disponível em:

<https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-apresenta-resultados-do-enfrentamento-covid-19-em-favelas-do-rio-de-janeiro>. Acesso em 05 de janeiro de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 21ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

GOMES, Nilma Lino Gomes. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

Gohn, Maria da Glória. **Educação não-formal na pedagogia social**. An. 1 Congr. Intern. Pedagogia Social Mar. 2006.

_____. **Teoria Dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos E Contemporâneos**. São Paulo: Editora Edições Loyola, 1997.

HASENBALG, Carlos; GONZALES, Lélia. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1982.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir, a Educação com Prática da Liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

HORDGE-FREEMAN, Elizabeth. **A Cor do Amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras**. 2ª reimpressão. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos (EDUFSCAR), 2020.

Instituto Golfinhos da Baixada. Disponível em: <https://golfinhosdabaixada.org.br/>. Acesso em 21 de janeiro de 2023.

JÚNIOR RODRIGUES, Luiz Rufino. **Exu e a Pedagogia das Encruzilhadas**. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

LAUDINO, Laudilea Aparecida de Lourdes; MALACHIAS, Rosangela; BALBINO, Tereza Cristina dos Santos. **Black Women Leading Education for Justice in the Region of Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brazil**. Revista *Forntiers in Education*, v. 5, artigo 85. Jul. 2020.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos: inquietações e buscas**. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR

LOPES, Daniela da Silva. **Agenda Caxias 2030: democratizar a política e movimentar a cidade**. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2022.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A Pesquisa como Heurística: ato de currículo e formação universitária - experiências transingulares com o método em ciências da educação / Roberto Sidnei Macedo; Prefácio de Denise Guerra**. 1ª. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

MALACHIAS, Rosangela. **Mulheres Negras e a Produção de Conhecimento em Tempos de Pandemia**. Revista *Ensaio e Pesquisa em Educação e Cultura*, v. 6, n. 10: Dossiê: “Educação e Debates Interculturais em Tempos de Pandemia: por elas”. 2022.

Mapa da Desigualdade 2020 - Casa Fluminense. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/>. Acesso: 25 de abril de 2022.

Mapa da Desigualdade 2023 - Casa Fluminense. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>. Acesso em 30 de janeiro de 2024.

Mapa da Participação. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/projetos/mapa-da-participacao/>. Acesso em 05 de janeiro de 2023.

Martins, Leda Maria. **Afrografias da Memória: o reinado do rosário no jatobá**. 2ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva; Belo Horizonte: Editora Mazza Edições, 2021.

_____. **Performances do Tempo Espiral: poética do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MÓDULO I: Pedagogia Afroafetiva: uma experiência de emancipação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r0wD1ijUlaY>. Acesso em 22 de dezembro de 2022.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. **Temporalidade, Memória e Ancestralidade: enredamentos africanos entre infância e formação**. In: RODRIGUES, Allan de Carvalho, BERLE Simone, KOHAN Walter Omar (Org). *Filosofia e educação em errância: inventar escolas, infâncias do pensar*. 1a ed. Rio de Janeiro: NEFI, 2018 - (Coleção Eventos).

NETO, Agripino S. C. **Componentes Definidores do Conceito de Território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder**. Bahia: Universidade do Estado da Bahia, 2013.

Neopentecostalismo. Disponível em : <https://www.infoescola.com/religiao/neopentecostalismo/>. Acesso em 17 de janeiro de 2023.

NOGUERA, Renato. **O Poder da Infância: espiritualidade e política em afroperspectiva**, *Momento: diálogos em educação*, v. 28, n. 1, p. 127-142, jan./abr.2019.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Baixada Fluminense: novos estudos e desafios**. Rio de Janeiro: Editora Paradigma, 2004.

ONG Apadrinhe um Sorriso. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/ONG_Apadrinhe_um_Sorriso. Acesso em janeiro de 2023.

ONU, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso: 25 de abril de 2022.

O que é MEI - Microempreendedor Individual? Quem pode ser MEI?. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/perguntas-frequentes/o-que-e-o-microempreendedor-individual-mei/o-que-e-mei>. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

Países da América do Sul. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/paises-da-america-do-sul.htm>. Acesso em 30 de janeiro de 2024.

QUIJANO, Aníbal. **A Colonialidade do Saber, Eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.

Relações Étnico-Raciais. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?id=12990&option=com_content&view=article . Acesso em 30 de janeiro de 2024.

Redes da Maré: a Maré começa aqui. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/quemsomos/apresentacao>. Acesso em 07 de janeiro de 2023.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Proposições Para Estudos Territoriais.** Paraná: Universidade Estadual do Oeste do Paraná Francisco Beltrão, GEOgrafia-AnoVIII -N. 15 -2006.

SILVA, Francy. **Pedagogia Afroafetiva: uma experiência de emancipação.** In: Segunda Academia Preta Decolonial: epistemologias e metodologias antirracistas. Curso de extensão/UFMA, online, setembro de 2021.

_____. **A Produção Literária de Autoras Negras Brasileiras: tessituras de uma escrita insubmissa.** In: Academia Preta Decolonial: epistemologias e metodologias antirracistas. Curso de extensão/UFMA, online, novembro de 2020.

SILVA, Joyce Gachet da. **Desvelando uma Liderança Feminina: educação não formal, Direitos Humanos em espaço religioso de matriz africana na Baixada Fluminense, RJ, Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2021.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Africanidades**. *Revista do Professor*, Porto Alegre, p. 29-30, out./dez. de 1995.

Sim, Eu Sou do Meio!. Disponível em: <http://simeusoudomeio.com.br/>. Acesso em 21 de janeiro de 2023.

SILVEIRA, Henrique. **Ensaio: Agenda Urbana e as Melhorias Habitacionais**. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2023/12/10/Agenda-urbana-e-as-melhorias-habitacionais> . Acesso em 01 de janeiro de 2024.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. **“Escrevivências” como Ferramenta Metodológica na Produção de Conhecimento em Psicologia Social**. *Psicologia Política*. vol. 17. nº 39. pp. 203-219. mai. – ago. 2017

Teoria Social e Relações Raciais No Brasil Contemporâneo. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172682/teoria_social_relacoes_sociais_brasil_contemporaneo.pdf . Acesso em 30 de janeiro de 2024.